**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
INSTITUTO DE CRIMINOLOGIA E POLÍTICA CRIMINAL**

KARLLA LUÍZA VIEIRA CARDOSO

**O DESRESPEITO À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NO SISTEMA
PRISIONAL BRASILEIRO E O RETORNO DO APENADO AO CONVÍVIO
SOCIAL**

**CURITIBA
2008**

KARLLA LUÍZA VIEIRA CARDOSO

**O DESRESPEITO À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NO SISTEMA
PRISIONAL BRASILEIRO E O RETORNO DO APENADO AO CONVÍVIO
SOCIAL**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de especialista em Direito Penal e Criminologia do Curso de Pós-Graduação do Instituto de Criminologia e Política Criminal – ICPC.

Orientador: Prof. Dr. Juarez Cirino dos Santos

**CURITIBA
2008**

Aos meus queridos pais Joaquim e Cristina, ao meu amado e lindo esposo Rodrigo e à razão do meu viver: minha pequena Angélica.

AGRADECIMENTOS

Ao brilhante professor Juarez Cirino dos Santos que desperta em nós, alunos, entusiasmo e esperança de construir um mundo mais humano.

À professora Katie Silene Cáceres Argüello pelo convite em participar do Grupo de Estudos de Criminologia Crítica.

Ao meu esposo Rodrigo pelo carinho, amor, paciência e por acreditar e depositar em mim as melhores expectativas profissionais.

E à minha doce Angélica, filha amada, que torna os meus dias mais ensolarados.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA	9
2.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA NOÇÃO DE DIGNIDADE HUMANA	9
2.2 SIGNIFICADO E CONTEÚDO	10
2.3 EFICÁCIA JURÍDICA DA DIGNIDADE HUMANA	12
2.4 DIGNIDADE NO CÁRCERE	13
3 SISTEMA PRISIONAL	16
3.1 SURGIMENTO DA MODERNA PENA DE PRISÃO	16
3.2 MODELO FILADELFIANO DE PENITENCIÁRIA	19
3.3 MODELO AUBURNIANO DE PENITENCIÁRIA	21
3.4 O CÁRCERE COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE SOCIAL NECESSÁRIO À MANUTENÇÃO DO CAPITALISMO	22
4 PRISÕES BRASILEIRAS	27
4.1 REALIDADE NACIONAL	27
4.2 O DISCURSO IDEOLÓGICO DA RESSOCIALIZAÇÃO	30
4.3 PELA HUMANIZAÇÃO DO CÁRCERE	33
5 CONCLUSÃO	36
REFERÊNCIAS	40
ANEXOS	43

RESUMO

O presente estudo aborda a questão do desrespeito da dignidade humana no sistema prisional brasileiro e o retorno do apenado ao convívio social. Num primeiro momento, foi traçado um histórico acerca do princípio da dignidade humana, seu significado e conteúdo, bem como sua eficácia jurídica e o desrespeito de tal preceito constitucional quando se trata da população carcerária. Após, buscou-se dar uma visão, ainda que sucinta, do surgimento da moderna pena de prisão, bem como dos modelos americanos de penitenciárias, quais sejam, o de *Filadélfia* e de *Auburn*. Ainda foi objeto de estudo a questão do cárcere como instrumento de controle social necessário à manutenção do capitalismo. Na terceira parte deste trabalho foi exposta uma análise da realidade prisional brasileira, bem como a ideologia da ressocialização e a constatação de que o sistema carcerário opera uma eficácia invertida. E por fim, foram apresentadas propostas de humanização do sistema penitenciário, com políticas públicas que efetivem os direitos fundamentais que um Estado Democrático de Direito deve assegurar aos seus cidadãos.

Palavras-chave: Sistema Prisional. Princípio da Dignidade Humana. Capitalismo. Modelos de Penitenciárias. Criminologia Crítica. Ressocialização.

1 INTRODUÇÃO

O princípio da dignidade humana está previsto no artigo 1º, inciso III da Constituição Federal. Constitui-se, tal preceito, em um dos fundamentos do nosso Estado Democrático de Direito. Sendo assim, a todos, indistintamente, é assegurada uma vida digna pautada em valores como educação, moradia, saúde, emprego, segurança, dentre outros.

Em que pese, então, ser a dignidade humana um princípio fundamental da ordem constitucional, constata-se que a população carcerária brasileira encontra-se alheia ao que preceitua a nossa Lei Maior.

A realidade do sistema prisional nacional tem piorado com o passar dos anos e o que se verifica são: superlotação crônica, instalações precárias, rebeliões dos presos, corrupção dos agentes penitenciários, torturas, organização de facções criminosas, etc.

A Carta Magna parece ter sido ignorada quando se trata da situação carcerária. Isto porque, o que se percebe são afrontas diárias aos direitos e garantias assegurados a todos os cidadãos. Tortura, crueldade, condições de extrema sujeira, desorganização, amontoamento de pessoas, dentre outros, são alguns dos exemplos do cotidiano dos estabelecimentos prisionais.

O Estado evidencia-se completamente despreparado para lidar com esse quadro alarmante.

A mídia, que lucra com a dramatização de conflitos e tensões, instiga a população a cobrar das autoridades penas mais severas, como a de morte, a perpétua, a construção de mais prisões, um maior número de policiais nas ruas, enfim, uma repressão acirrada como se aí estivesse a verdadeira raiz de toda a insegurança que necessita ser destruída.

O Governo, muitas vezes, cede aos apelos para acalmar a opinião pública sedenta de resultados rápidos.

Mas esse quadro descrito é um círculo vicioso, pois nenhuma dessas soluções parece conter a onda crescente de crimes.

A construção de prisões de segurança máxima, o endurecimento das leis penais, dentre outras medidas, são alguns dos equívocos tomados pelas autoridades públicas.

Os noticiários trazem números e estatísticas que comprovam que a criminalidade não reduziu por conta de tais medidas. Pelo contrário, o endurecimento da legislação penal significa mais gente na prisão, por mais tempo. É notório que quanto mais tempo alguém fica na cadeia, maiores são suas chances de reincidir. A prisão acaba por produzir a criminalidade que supostamente deveria combater, pois é sabido que o encarceramento aumenta as taxas de criminalidade, ao invés de reduzi-la; provoca a delinqüência, induz à reincidência, transforma o infrator ocasional em bandido habitual.

O processo de ressocialização, uma das funções que a pena privativa de liberdade deveria cumprir, está fadado ao insucesso, vale dizer, o cárcere é conhecido popularmente como escola de formação de criminosos.

A situação se agrava ainda mais quando o apenado retorna ao convívio social: não há perspectivas para inserção dessa pessoa no mercado de trabalho, daí porque a propensão ao risco do egresso cair na criminalidade é muito alta.

Sendo assim, é necessário enfrentar as deficiências do sistema de justiça criminal como um todo. É preciso repensar a pena privativa de liberdade, apresentar propostas de mudanças que efetivamente contribuam para um processo de reestruturação do sistema penitenciário nacional.

O presente trabalho pretende, então, estudar a questão do desrespeito à dignidade humana do sistema prisional brasileiro, analisar de que forma o capitalismo necessita do cárcere como instrumento de controle social e qual o verdadeiro objetivo da pena privativa de liberdade, dando ênfase a realidade do apenado quando este volta a conviver em sociedade, apresentar as propostas da criminologia crítica de mudanças no sistema penal, como a busca incessante da humanização do cárcere, a fim de que não ocorra a inversão do nosso Estado Democrático de Direito em um Estado Penal e totalitário, no qual a escala social mais vulnerável esteja alheia aos direitos humanos.

2 PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA

2.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA NOÇÃO DE DIGNIDADE HUMANA

Antes de se adentrar na dimensão jurídico-constitucional do princípio fundamental da dignidade humana, será traçado um breve histórico na tentativa de identificar o conteúdo e significado que a noção de dignidade da pessoa humana assumiu ao longo dos tempos.

A idéia do valor da pessoa humana remonta o pensamento clássico e o ideário cristão. Para o Cristianismo o homem, criado à imagem e semelhança de Deus, é dotado de um valor próprio, que lhe é intrínseco. Para o pensamento filosófico e político da Antiguidade Clássica, constata-se que a dignidade da pessoa humana, via de regra, era vinculada ao cargo ou posição social do indivíduo. Mas havia também a concepção de dignidade como qualidade inerente ao ser humano.

Assim, coexistiam concepções da dignidade vinculada à posição social ocupada pelo indivíduo, daí poder falar-se em pessoas mais ou menos dignas; e dignidade dotada de um valor moral, relacionado às virtudes pessoais, integridade, lealdade do indivíduo. Era uma qualidade inerente ao ser humano, que o diferenciava das demais criaturas, sendo todos os seres humanos dotados da mesma dignidade.

A concepção cristã seguiu sendo sustentada no período medieval, na qual a dignidade encontrava fundamento na idéia de que o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus, destacando-se o pensamento de Tomás de Aquino, o qual afirmava que a dignidade também encontrava fundamento na capacidade de autodeterminação do ser humano.

Na Renascença, ainda com a inspiração da Igreja Católica, o humanista Giovanni Pico Della Mirandola afirmava que o ser humano era dotado da capacidade de ser e agir conforme seus desejos e anseios.

Para os jusnaturalistas, a concepção da dignidade da pessoa humana passa por uma racionalização e laicização, sem, no entanto, afastar-se da idéia de igualdade de todos em dignidade e liberdade.

Destaca-se nesse período, o pensamento de Immanuel Kant, para o qual a concepção da dignidade parte da autonomia ética do ser humano. Sendo assim, a autonomia da vontade – capacidade de determinar a si mesmo e agir conforme as leis – é um atributo do ser humano e constitui seu principal fundamento.

Completa-se, desta forma, com Kant, o processo de secularização da dignidade, despida de fundamentação religiosa.

Após esse breve relato histórico, constata-se que a dignidade da pessoa humana ainda continua a ocupar um lugar de destaque no pensamento filosófico, político e jurídico. Isto porque, um número expressivo de Constituições a qualificou como valor fundamental da ordem jurídica.

Vale ressaltar, ainda, a remanescência da concepção jusnaturalista na ordem constitucional que consagra a idéia de dignidade da pessoa humana partindo do pressuposto de que o indivíduo, em virtude tão somente de sua condição humana e independentemente de qualquer outra circunstância, é titular de direitos que devem ser reconhecidos e respeitados por seus semelhantes e pelo próprio Estado.

2.2 SIGNIFICADO E CONTEÚDO

Ao se analisar a história do constitucionalismo pátrio, constata-se que a Constituição de 1988 foi a primeira a prever um título próprio destinado aos Princípios Fundamentais. Tal preocupação revela a intenção do constituinte de outorgar aos princípios fundamentais a qualidade de normas embasadoras e informativas de toda a ordem constitucional.

No título supracitado, encontra-se expressamente reconhecido o Princípio da Dignidade Humana com sendo um dos fundamentos do nosso Estado Democrático de Direito (artigo 1º, inciso III, CF/88).

Na tentativa de se definir o princípio da dignidade da pessoa humana, nos deparamos com um conceito de contornos vagos e imprecisos, sendo, portanto, inadequado conceituá-lo de forma fixa, por tratar-se de uma categoria axiológica aberta. Ainda assim, é possível afirmar que a dignidade é algo real e que a doutrina e a jurisprudência, ainda que não seja uma definição genérica e abstrata

consensualmente aceita, estabeleceram os contornos básicos do seu conceito e conteúdo.

Num primeiro momento, sob uma perspectiva natural, a dignidade é tida como qualidade intrínseca do ser humano, como algo inerente à natureza da pessoa. Sob uma dimensão cultural, é produto do trabalho de diversas gerações e da humanidade. Analisada sob esses dois sentidos conjuntamente, constata-se que a dignidade da pessoa humana é simultaneamente limite e tarefa dos poderes estatais. É limite da atividade dos poderes públicos, porque a dignidade é algo que pertence a cada um e que não pode ser alienado ou perdido. É tarefa dos poderes estatais, uma vez que esse princípio requer que o Estado guie as suas ações no sentido de preservar a dignidade existente ou até mesmo de criar condições que possibilitem o seu pleno exercício.

Sendo assim, é possível entender por dignidade da pessoa humana:

“a qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos.”¹

Assim, tem-se que a dignidade da pessoa humana abarca, necessariamente o respeito e a proteção da integridade física e corporal do indivíduo, prega condições justas e adequadas de vida a este e sua família, pressupõe a garantia da isonomia de todos os seres humanos, que não podem ser submetidos a tratamento discriminatório e arbitrário, além de estar associado ao livre desenvolvimento de sua personalidade.

¹ SCARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na constituição federal de 1988, 2001, p. 62.

Desta feita, onde não houver respeito pela vida e pela integridade física e corporal do homem, onde as condições mínimas para uma existência digna não forem asseguradas, onde a intimidade e identidade do indivíduo forem objeto de ingerências indevidas, onde sua igualdade relativamente aos demais não for garantida, bem como onde não houver limitação do poder, não haverá espaço para a dignidade da pessoa humana, e esta não passará de mero objeto de arbítrio e injustiças.

2.3 EFICÁCIA JURÍDICA DA DIGNIDADE HUMANA

O texto constitucional consagrou o valor da dignidade da pessoa humana como princípio máximo e o elevou, de maneira incontestada, a uma categoria superlativa em nosso ordenamento, na qualidade de norma jurídica fundamental. Ou seja, a qualificação da dignidade da pessoa humana como princípio fundamental traduz a certeza de que nossa Carta Magna não contém apenas uma declaração de conteúdo ético e moral, mas também constitui norma jurídico-positiva com *status* constitucional e, portanto, dotada de eficácia.

É nesse contexto que podemos afirmar que o princípio fundamental da dignidade humana confere unidade e coerência ao sistema de normas jurídicas, pois serve como diretriz para interpretação e aplicação de todas as normas do ordenamento jurídico, funcionando como verdadeiro fundamento do Estado Democrático de Direito.

A dignidade humana então, constitui o núcleo essencial, a fonte ética que confere unidade de sentido, de valor e de concordância prática ao sistema de direitos fundamentais. Assim, toda a atividade estatal e todos os órgãos públicos devem se orientar no sentido de respeitar e proteger tal valor jurídico fundamental da comunidade. O Estado deve abster-se de ingerências na esfera individual contrárias à dignidade, bem como protegê-la contra agressões por parte de terceiros, seja qual for sua procedência.

Vale ressaltar ainda, a função integradora e hermenêutica do princípio da dignidade humana, servindo como parâmetro para aplicação, interpretação e

integração não só dos direitos fundamentais, mas de todo o ordenamento jurídico. Trata-se de uma norma legitimadora de toda ordem estatal e comunitária.

É um princípio unificador e hermenêutico que informa e sustenta todo o sistema jurídico, dá unidade e coerência aos demais princípios, sendo que, sua observância torna-se imprescindível nas relações entre o Estado com outros Estados, entre Estado e particulares e estes entre si. Somente quando o exercício do poder e da ordem estatal se pautarem no respeito e proteção à dignidade é que serão legítimos.

Assim, a dignidade da pessoa humana, valor supremo da ordem jurídica e um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, constitui verdadeira condição de democracia, sendo a nossa Lei Maior a Constituição da pessoa humana por excelência.

2.4 DIGNIDADE NO CÁRCERE

A Constituição Federal de 1988 erigiu valores-guia eleitos para a arquitetura do sistema jurídico, entre os quais se encontra o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, inscrito no artigo 1º, inciso III. Reconhecer a Dignidade da Pessoa Humana como um valor supremo, um valor fundante da República, implica admiti-la não somente como um princípio da ordem jurídica, mas também da ordem política, econômica e social.

Tal princípio é um atributo intrínseco ao ser humano, servindo de diretriz para a interpretação e aplicação de todas as normas do ordenamento jurídico. É a meta social que deve ser perseguida a fim de alcançar e fornecer, por meio de estruturas jurídico-político-sociais, a plena satisfação de necessidades físicas, psíquicas, morais e espirituais da pessoa.

Deve servir como fundamento do Direito e do próprio Estado. Deve ser o ponto de partida para a leitura do ordenamento jurídico. Deve ser o fundamento para a criação de instrumentos de proteção da pessoa humana. Só assim, a dignidade poderá ser atingida, pois, caso contrário, o indivíduo torna-se mero instrumento,

sendo rebaixado a objeto e, portanto, descaracterizado como sujeito de direitos, como vem ocorrendo com os presos do nosso País.

A Carta Magna parece ter sido ignorada quando se trata da situação carcerária. Isto porque, o que se percebe são afrontas diárias aos direitos e garantias assegurados a todos os cidadãos. Tortura, crueldade, condições de extrema sujeira, desorganização e amontoamento de pessoas são alguns dos exemplos do cotidiano dos estabelecimentos prisionais.

“A lesão generalizada, intensa e contínua da dignidade humana e dos direitos humanos de homens e mulheres presos nas cadeias públicas e penitenciárias do sistema penal brasileiro não ocorre por falta de princípios e regras jurídicas.”²

A realidade do sistema prisional brasileiro tem piorado com o passar dos anos e o que se verifica são: superlotação crônica, instalações precárias, rebeliões dos presos, corrupção dos agentes penitenciários, torturas, organização de facções criminosas, dentre outros.

No 1º Congresso Brasileiro de Criminologia Crítica, realizado em Curitiba nos dias 28, 29 e 30 de maio do corrente ano, o Ilustre Professor Sebastian Scheerer, da Universidade de Hamburgo, na conferência de Abertura do evento, ao tratar do tema: “Razão Punitiva e suas alternativas”, trouxe dados de prisões de vários países, nas quais a realidade carcerária é tão absurda como a de nosso País.

Problemas de superlotação, abuso de poder por parte dos agentes penitenciários, condições desumanas de sobrevivência nas celas, dentre outros, foram alguns dos problemas citados pelo Professor.

Acrescentou ainda, que estamos vivendo num Estado duplo: de um lado o Estado de Direito e do outro, o Estado punitivo. Para combater a criminalidade, inúmeras leis são criadas, a repressão é maciça, como se tais medidas resolvessem o problema do crime generalizado.

A razão que deveria guiar a confecção da legislação penal e a humanização que deveria ser o fim almejado são abandonadas quando se trata de Direito Penal. A realidade é que estamos vivendo num verdadeiro Estado de polícia, onde não há justiça para os pobres. A polícia, para combater o crime, pode fazer tudo, inclusive deixar a legalidade de lado, a fim de realizar o poder punitivo do Estado.

² SANTOS, Juarez Cirino dos. Direito penal: parte geral, 2007. p. 30.

Por fim, o Professor Sebastian afirmou ser necessário nos debruçarmos sobre os problemas e mazelas de nossa sociedade, estudar a fundo o que está de errado, de ruim, para então, buscar alternativas a fim de que prevaleça o Estado de Direito, onde as penas possuam argumentos racionais e sejam, dessa maneira, legítimas.

Diante do exposto, constata-se que a população carcerária encontra-se alheia ao que preceitua a nossa Lei Maior. Condições desumanas e indignas na maioria absoluta das penitenciárias e cadeias públicas brasileiras comprovam o desrespeito ao princípio da dignidade da pessoa humana, princípio este fundamental em nosso Estado Democrático de Direito.

3 SISTEMA PRISIONAL

3.1 SURGIMENTO DA MODERNA PENA DE PRISÃO

A prisão, aparelho de punição por privação de liberdade, surge como instituição central de controle social da sociedade capitalista.

Ocorre uma mutação do regime de punição, com o desaparecimento dos antigos suplícios da época medieval, onde a pena importava em sofrimento físico do condenado. O suplício do corpo operava uma mecânica de poder onde o soberano, agredido pelo crime cometido, expressava publicamente a sua força por meio da punição do criminoso. Infringir a lei era confrontar a vontade do rei e o ritual do suplício era um espetáculo de dominação pelo terror. Esse ritual político, com cada um dos seus agentes: condenado, lei, carrasco, rei e povo, demonstrava um tipo de poder apoiado numa desigualdade essencial de forças, qual seja, a do soberano e a do infrator.

Com a substituição da economia feudal pela economia capitalista, ocorre também uma modificação do fundamento do poder punitivo: a pena não mais importava sofrimento físico, agora ela servia para corrigir, reeducar, curar, atingindo mais do que o corpo, a própria alma do condenado. Esse novo modelo punitivo se revelou um instrumento transformador de indivíduos, de modo a disciplinar seus comportamentos e a modificar seus espíritos, tornando-os dóceis e úteis. “O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar mais e melhor.”³ E o êxito desse poder disciplinar deve-se ao uso de três instrumentos, quais sejam: vigilância hierárquica, sanção normalizadora e exame.

Foucault descreve o uso desses três recursos em conjunto na arte do bom adestramento. O dispositivo da vigilância hierárquica supõe um “jogo do olhar: um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se

³ FOUCAULT, Vigiar e Punir, 2008, p. 143.

aplicam.”⁴ Já a sanção normalizadora “pressupõe uma ordem artificial (leis, programas e regulamentos) com uma “micropenalidade” fundada no tempo (atrasos, ausências, etc.), na atividade (desatenção), na maneira de ser (desobediência ou grosseria) e na sensualidade (indecência), visando reduzir os desvios mediante um sistema duplo: de punição (degradação) e de recompensa (promoção).⁵ E finalmente o exame, que “está no centro dos processos que constituem o indivíduo como efeito e objeto de poder, como efeito e objeto de saber. É ele que, combinando vigilância hierárquica e sanção normalizadora, realiza grandes funções disciplinares de repartição e classificação, de extração máxima das forças e do tempo, de acumulação genética contínua, de composição ótima de aptidões”.⁶

Foucault explica então, como na sociedade capitalista a prisão evolui de um aparelho usado para fins de custódia do criminoso que aguardava julgamento para uma instituição central de controle social, em razão da necessidade da disciplina da força de trabalho, promovida pelo *panóptico*, modelo arquitetônico idealizado por Jeremy Bentham, cujo efeito principal é “induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder”.⁷

O aprisionamento, como novo modelo punitivo, revelou a inutilidade do antigo modelo e a introdução de um novo padrão que trouxe um uso eletivo e útil dos prisioneiros para a sociedade, além de incutir disciplina aos seus internos.

Segundo Rusche e Kirchheimer, em todo sistema de produção há uma tendência a descobrir e utilizar “sistemas punitivos que correspondem às próprias relações de produção”.⁸ E o cárcere, no capitalismo, não seria diferente. Acabou por exercer uma dupla função: de reprodução e manutenção das relações sociais desiguais, por meio de seu direcionamento às classes já oprimidas e marginalizadas, mantendo e reproduzindo essa marginalização, e exercendo uma espécie de controle disciplinar da população não criminalizada, através do temor que esta possuía da prisão, no qual vigorava o princípio da menor elegibilidade, segundo o qual as condições no ambiente carcerário devem ser inferiores ao da classe social mais aniquilada que existe.

⁴ FOUCAULT, Vigiar e punir, 2008, p. 143.

⁵ SANTOS, Juarez Cirino dos, Criminologia radical, 2008, p. 78.

⁶ FOUCAULT, op. Cit., p. 160.

⁷ Ibid., p. 166.

⁸ RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. Punição e estrutura social, 2004, p. 20.

Para entender a prisão, como instituição central de controle social do capitalismo, é preciso ter em mente a relação capital/trabalho assalariado. Os camponeses, expulsos do campo e expropriados dos meios de produção se dirigem às cidades, onde a insuficiente absorção de mão-de-obra pela manufatura e a inadaptação à disciplina do trabalho assalariado provoca a formação de uma multidão de desempregados⁹.

Essa gama de desocupados forçados é absorvida pelas *workhouses*, instituições criadas para resolver o problema de exclusão social causado pelo capitalismo. Essas casas de trabalho forçado tinham o propósito de transformar o camponês em operário, ou seja, disciplinavam esses expropriados dos meios de subsistência ao trabalho assalariado. São nessas instituições, portanto, que começam a se desenvolver a penitenciária moderna.

É na Holanda da primeira metade do século XVII que a instituição da casa de trabalho atinge, no período de origem do capitalismo, a sua forma mais desenvolvida. A casa de trabalho holandesa era conhecida como *Rasp-huis*, termo utilizado porque o trabalho consistia em raspar madeira até transformá-la em pó, do qual os tintureiros retiravam o pigmento para tingir os fios utilizados na manufatura. O trabalho árduo era considerado particularmente adequado aos ociosos e preguiçosos e a função fundamental desta instituição correcional já começava a ser visualizada: o aprendizado da disciplina capitalista de produção¹⁰.

Esse modelo se espalha por toda a Europa reformada da época, mas os modelos clássicos de prisão somente aparecerão nos Estados Unidos da América, a formação social mais desenvolvida da modernidade: os modelos de Filadélfia e de Auburn.

A instituição penitenciária moderna possui duas características principais, quais sejam, a economia de custos e a orientação para o trabalho produtivo.

O modelo arquitetônico utilizado é o do *panóptico*, constituído de torre central e anel periférico, pelo qual a visibilidade/separação do detido permite o funcionamento automático do poder: a consciência de vigilância gera a desnecessidade objetiva de vigilância.

⁹ MELOSSI/PAVARINI, Cárcere e fábrica, 2006, p. 34-35.

¹⁰ Ibid., p. 46.

O princípio da menor elegibilidade, enunciado por RUSCHE e KIRCHHEIMER, impera na prisão para que tal instituição não se torne mais atrativa do que as piores condições de vida do trabalhador livre.

E o controle da classe trabalhadora se dá da seguinte forma: na fábrica, a coação das necessidades econômicas submete a força de trabalho à autoridade capitalista, e fora dela, os trabalhadores marginalizados são controlados pelo cárcere. A relação que se dá entre essas duas instituições é de dependência recíproca: a disciplina do trabalho na fábrica depende da prisão, principal instituição de controle social. E a prisão objetiva transformar o sujeito real (condenado) em sujeito ideal (trabalhador), adaptado à disciplina do trabalho na fábrica, principal instituição da estrutura social.

Dessa forma, é possível afirmar que o desenvolvimento da sociedade capitalista, com a transformação do camponês em operário, tendo a fábrica como aparelho de produção econômica da estrutura social e o cárcere como aparelho de privação de liberdade do sistema de controle social, acabou por atribuir ao sistema prisional uma dupla função: a de reprodução das desigualdades das relações sociais capitalistas e a geração de estigmatizados sociais.

Assim, a prisão persiste até os dias atuais porque, embora saibamos do seu fracasso no que tange ao combate da criminalidade e a correção do condenado, ela é a história de mais de 200 anos de sucesso no que diz respeito a repressão seletiva da criminalidade e a organização da delinqüência, definida como tática política de submissão.

3.2 MODELO FILADELFIANO DE PENITENCIÁRIA

O sistema filadelfiano de instituição penitenciária do final do século XVIII foi inspirado na concepção religiosa *Quaker*, baseado no isolamento absoluto, como alternativa para o trabalho carcerário no período da produção manufatureira.

Tanto no período noturno quanto no diurno, o isolamento era absoluto. O projeto arquitetônico unicelular permitia que tal isolamento fosse levado às últimas conseqüências. Todo contato entre os detentos e entre estes e o mundo externo era

evitado. Fora da cela, o preso só podia movimentar-se encapuzado quando a administração assim exigia. O tempo era esquematicamente repartido: alimentação, trabalho, orações, higiene, etc. A disciplina institucional se transforma em disciplina do corpo, o homem “selvagem” deve se transformar em homem “disciplinado”. Caso o condenado não se adequasse à disciplina institucional (solidão, oração e trabalho), deveria ser submetido à violência física. A instrução religiosa era utilizada como prática administrativa, e o detento que mostrasse sinais de arrependimento estava, de certa forma, progredindo no processo reeducativo. O trabalho era um prêmio, e era negado ou suspenso a quem não se comportasse conforme as regras. Era a única alternativa possível à inércia, ao ócio forçado.¹¹

Este processo de indução forçada ao trabalho não perseguia fins econômicos. Era apenas ideal para o interno-reeducado se tornar incansável, servil, fiel e silencioso no trabalho manufatureiro. Os sistemas de trabalho desse modelo, em que o Estado organizava e controlava os processos produtivos e exercia o poder disciplinar eram assim divididos: A) o *state-use*, com emprego da força de trabalho na produção de manufaturas na prisão, consumidas pela própria instituição, com produtividade reduzida perante o mercado livre, mas sem oposição de sindicatos; B) o *public work*, em que a força de trabalho é empregada em obras públicas, com eventual oposição de sindicatos pela concorrência no mercado livre de trabalho; e por fim, C) o *public account*, no qual o sistema prisional se converte em empresa pública: há redução dos custos de produção, determinados por salários inferiores e ausência de tributos, que desestimulam a concorrência externa, gerando oposição dos sindicatos e partidos políticos.¹²

O modelo de Filadélfia entra em decadência na era da industrialização, uma vez que a sociedade passa a exigir uma política de controle baseada no trabalho produtivo do detento. E o trabalho individual em celas isoladas, excluía o trabalho coletivo necessário à industrialização da prisão, tornando-se antieconômico e privando o mercado de força de trabalho útil.¹³

¹¹ MELOSSI/PAVARINI, Cárcere e fábrica, 2006, p. 220-224.

¹² MELOSSI/PAVARINI, Cárcere e fábrica, 2006, p. 193-196.

¹³ Ibid., p. 189.

3.3 MODELO AUBURNIANO DE PENITENCIÁRIA

O modelo de Auburn propõe, ao contrário do sistema filadelfiano, uma forma de trabalho subordinado ao tipo industrial. O trabalho carcerário, aqui, é tido como atividade produtiva digna de ser explorada empresarialmente.

Aqui, o isolamento celular ocorria no período noturno e durante o dia os detentos trabalhavam em comum, mas sob silêncio absoluto. A prisão deve ser um “microcosmo de uma sociedade perfeita onde os indivíduos estão isolados em sua existência moral, mas onde sua reunião se efetua num enquadramento hierárquico restrito, sem relacionamento lateral, só se podendo fazer comunicação no sentido vertical.”¹⁴ Esse sistema treina o condenado para uma vida útil e resignada, devolvendo-lhe hábitos de sociabilidade.

O modelo auburniano introduz a exploração capitalista da força de trabalho encarcerada e organiza o trabalho na prisão como o trabalho na fábrica.

Os principais sistemas instituídos pela associação entre capital privado e Estado nesse modelo para exploração do trabalho foram: A) o *contract*, o empresário contratante entra efetivamente na prisão, organiza eficientemente a produção, industrializa as oficinas, remunera parcialmente os trabalhos, produz mercadorias industrializadas e as coloca no mercado livre a preços altamente competitivos. O Estado concede tal exploração, mas fica na administração da prisão, garantindo a segurança e disciplina internas, em troca de lucro sem risco econômico; B) o *leasing*, no qual a prisão é “alugada” a um capitalista, por um período determinado e por uma quantia definida. Este empresário dirige a instituição, organiza a produção e garante a disciplina da força de trabalho. Tal sistema, que livra o Estado de quaisquer custos, transforma os condenados em verdadeiros escravos devido ao ritmo exaustivo de trabalho, e ainda acaba por corromper o judiciário, que se submete a acordos tácitos com os empresários da indústria, prolongando as penas de prisão a fim de permitir a exploração mais lucrativa da força de trabalho carcerária.

Esse modelo também entrou em crise, por diversos fatores, dentre eles: dificuldades de renovação tecnológica dos processos industriais na prisão, oposição dos sindicatos e organizações operárias frente à concorrência do trabalho carcerário, exploração desumana do trabalho dos detentos, bem como a imposição de castigos

¹⁴ FOUCAULT, Vigiante e punir, 2008, p. 200.

cruéis, etc. Esses fatores acabaram por impedir a transformação das penitenciárias em empresas produtivas, fazendo com que o Estado retomasse para si a responsabilidade de gerir a execução da pena criminal.

3.4 O CÁRCERE COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE SOCIAL NECESSÁRIO À MANUTENÇÃO DO CAPITALISMO

Por que a prisão se transformou na principal forma de castigo da sociedade capitalista? Qual o verdadeiro motivo do aumento assombroso da criminalidade? Como o Estado, intitulado Social, tem reagido diante dessa problemática?

A grande raiz do problema é, sem sombra de dúvida, o Capitalismo e toda a desigualdade social que este é capaz de gerar nas sociedades contemporâneas.

Ao se percorrer os fatos históricos, identificam-se fatores que são capazes de fazer compreender de que maneira se chegou ao estágio atual de calamidade.

Expropriados dos meios de produção e expulsos do campo, os camponeses invadem as cidades e acabam, na grande maioria deles, transformando-se numa massa de desocupados urbanos. Isto porque, a manufatura era incapaz de absorver tamanho número de trabalhadores e ainda havia a chamada inadaptação à disciplina do trabalho assalariado.

Aqueles que conseguiam se inserir no mercado de trabalho recebiam um salário miserável que mal dava para sobreviver.

No período de germinação do capitalismo acabam por se desenvolver instituições com a finalidade de disciplinar e adequar esses desocupados forçados para o trabalho assalariado. Desta forma, penitenciária, fábrica, a própria família, a escola e a igreja, todas estas instituições, dentre outras, formam o aparato necessário para a constituição psico-física e ideológica da força de trabalho, o homem é enfim, domesticado pelos mais variados meios para a produção do capital.

O Capitalismo, então, é o grande responsável por essa violência estrutural, na qual as relações sociais de produção/ distribuição material provocam a marginalização, o desemprego, os baixos salários, as condições miseráveis da maioria da população, etc. E é o próprio capitalismo que cria o sistema penal para

perpetuar essa violência estrutural e garantir que os grandes detentores do poder assim permaneçam em nossa sociedade.

O sistema de controle social é o aparelho repressivo do qual dispõe o Estado Capitalista. Tal sistema é constituído pela lei, polícia, justiça e prisão. Esse sistema de justiça criminal promove uma seletividade que mantém e garante a ordem social desigual em todos os níveis possíveis. Assim, conforme ensina Cirino dos Santos,

“...através das definições legais de crimes e de penas o legislador protege interesses e necessidades das classes e categorias sociais hegemônicas, incriminando condutas lesivas das relações de produção e de circulação da riqueza material, concentradas na área da criminalidade patrimonial comum, característica das classes e categorias sociais subalternas, privadas dos meios materiais... Nessa medida, a proteção penal seletiva de bens jurídicos das classes e grupos sociais hegemônicos pré-seleciona os sujeitos estigmatizáveis pela sanção penal, os indivíduos pertencentes às classes e grupos sociais subalternos, especialmente os contingentes marginalizados do mercado de trabalho e do consumo social...”.¹⁵

E ainda, no que tange à execução penal, constitui repressão seletiva de marginalizados sociais do mercado de trabalho.

Tem-se assim, o caráter desigual proporcionado pelo sistema penal como um todo, na medida em que quando ocorre a definição legal de crimes, acaba por haver uma proteção seletiva de bens jurídicos próprios das relações de propriedade e de poder das elites econômicas e políticas dominantes.

Quando passamos para a aplicação das penas ocorre uma estigmatização dos indivíduos das classes desfavorecidas, em especial daqueles excluídos do mercado de trabalho.

¹⁵ SANTOS, Juarez Cirino dos. Direito penal: parte geral, 2007. p. 11.

Já no nível da execução penal não é diferente: ocorre a repressão seletiva de marginalizados do mercado de trabalho, considerados sem utilidade nas relações de produção, mas com utilidade no processo de reprodução das condições sociais desiguais e opressivas do capitalismo.

Desta forma, o sistema penal conserva e reproduz a realidade social uma vez que, pune certos comportamentos ilegais extraídos das classes subalternas, encobrindo um número altíssimo de ilegalidades das classes dominantes que ficam imunes ao processo de criminalização, e ainda, aplica de modo seletivo sanções penais estigmatizantes, especialmente a prisão, incidindo no *status* social de indivíduos que fazem parte dos setores mais vulneráveis da sociedade, os quais permanecem impossibilitados de ascender socialmente.¹⁶

Com o discurso oficial, pautado nos objetivos declarados de correção do criminoso e de prevenção da criminalidade, o Estado encobre os verdadeiros objetivos do sistema penal, quais sejam, o de gestão diferencial da criminalidade e de garantia das relações sociais desiguais da contradição capital-trabalho assalariado das sociedades contemporâneas. Isso assegura as condições materiais, políticas e jurídicas da sociedade capitalista, permitindo ou tolerando a criminalidade econômica e política dos poderosos e penalizando a criminalidade típica das classes e categorias sociais subalternas.

Ao se descrever essa violência estrutural provocada pelo Capitalismo, constata-se que a prisão, não obstante o seu fracasso no que tange à ressocialização do condenado, à repressão e redução da criminalidade, constitui um aparelho essencial para a manutenção do Capitalismo.

A prisão é a instituição de controle social das sociedades contemporâneas. Para ela são enviados milhares de excluídos sociais, completando o círculo vicioso promovido pelo Estado: a criminalidade é noticiada pela mídia em níveis assombrosos. A população, atemorizada e instigada pelos meios de comunicação, cobra de seus políticos leis mais severas. As elites políticas desviam o foco do problema e propõem legislações cada vez mais severas na tentativa de conter a onda de crimes e garantir a segurança pública. Mais e mais pessoas são mandadas ao cárcere e de lá saem sem nenhuma perspectiva de arrumar emprego. Daí, porque o nível de reincidência é muito alto.

¹⁶ BARATTA, Alessandro. Criminologia crítica e crítica do direito penal, 2002, p 166.

O Estado, através do Direito Penal, da Polícia e da Prisão, reprime assim, de maneira devastadora, a grande maioria da população. Sob o discurso ideológico da segurança pública, mais e mais presídios são construídos, a democracia e os direitos humanos são sacrificados e a violência estrutural vai se perpetuando ao longo dos tempos.

Ora, com o que foi exposto, pode-se afirmar então que a prisão é necessária à manutenção do capitalismo, na medida em que constitui aparelho de controle social que reprime a criminalidade das classes inferiores e imuniza a criminalidade das elites de poder econômico e político.

E mais, o grande problema da criminalidade é causado pela violência estrutural provocada pelo Capitalismo. E a resposta dada pelo Estado é a repressão acirrada mandando cada vez mais pessoas para as cadeias, privando estas da liberdade, de direitos políticos, sociais e individuais de dignidade, sexualidade, formação profissional, etc.

Passa-se a acreditar que a pena é a resposta adequada à questão criminal. As prisões estão super lotadas, então vamos construir mais e mais prisões. São mais de 400 mil presos em nosso País e esse número parece não assustar!

Políticas de segurança pública, leis cada vez mais severas, e os níveis de criminalidade aumentam cada dia mais e mais.

Temos que entender que a resposta à questão da criminalidade não é a prisão. A prisão não recupera as pessoas, ao contrário, ela insere os condenados em carreiras criminosas. Os indivíduos encarcerados são os desprovidos de dinheiro, são os desempregados ou aqueles que nunca tiveram oportunidade de trabalhar. São pessoas sem perspectivas, que só conhecem a violência como forma de viver. São os excluídos estigmatizados e marginalizados de nossa sociedade.

São pessoas que não tiveram alternativas diferentes de sobrevivência, que foram captadas na rede de controle social e condenadas ao cárcere.

Qual seria, então, a resposta para transformar essa sociedade desigual, para combater a criminalidade?

A Criminologia crítica propõe, de forma imediata, um Direito Penal mínimo com atuações no sistema de justiça criminal, com programas de descriminalização e despenalização radicais, bem como um programa de descarcerização radical, com a máxima humanização das condições de vida no cárcere. E a longo prazo, a abolição do sistema penal como um todo.

Assim, podemos concluir que a questão do crime não se resolve com direito penal, prisão, polícia. Que a transformação da sociedade desigual, na qual vivemos, em uma sociedade igualitária, justa depende de uma profunda mudança na estrutura social como um todo. Políticas sociais de educação, emprego, distribuição de riquezas, salário justo, moradia, saúde, etc. são imprescindíveis para que uma nação alcance a verdadeira democracia que o seu povo tanto almeja.

Transformar a estrutura da sociedade, instituir maiores níveis de democracia, diminuir assim a criminalidade e a necessidade de prisões é algo que devemos lutar para conquistar. Devemos nos empenhar em resolver os problemas da fome, da miséria, do desemprego, da escolarização, da saúde, porque só dessa maneira nossa Constituição Federal deixará de ser algo meramente escrito e passará a ser verdadeiramente aplicada, e nós, cidadãos, estaremos vivendo num verdadeiro Estado Democrático de Direito e não num Estado Penal de repressão.

4 PRISÕES BRASILEIRAS

4.1 REALIDADE NACIONAL

O Ministério da Justiça entregou no dia 21 de maio desse ano, as instalações da penitenciária federal de Porto Velho (RO). Esta nova unidade possui 208 vagas, sistema de monitoramento eletrônico com 240 câmeras, 5 celas para visitas íntimas e 12 mil metros quadrados de área construída. Foram investidos 20 milhões nesse empreendimento e segundo informações do próprio Ministério, mais 5 milhões serão destinados para a instalação dos equipamentos necessários ao seu funcionamento.

Tão logo seja autorizado o concurso para preenchimento de 1.100 vagas de agentes e técnicos penitenciários, este presídio será ativado e conforme informações do governo, já existem mais de 500 pedidos pendentes no Depen (Departamento Penitenciário Nacional) para a transferência de presos às unidades federais, que somando-se a esta de Porto Velho, totalizam 4 presídios federais para detentos de alta periculosidade.

O governo afirma que os presídios federais vão abrigar os criminosos de alta periculosidade com o objetivo de isolar os chefes do crime organizado e aliviar as tensões no sistema estadual. Dessa forma, o poder local dará mais atenção à recuperação da população carcerária, bem como da reinserção social do preso depois do cumprimento da pena.

Outra ação do governo, na tentativa de aumentar a segurança pública em nosso País, foi a criação do Infopen. Trata-se de um programa de coleta de dados criado e gerenciado pelo Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, considerado um avanço na unificação de dados do sistema prisional nacional. Isso ajudará os Estados a gerirem e administrarem cada qual o seu sistema penitenciário, além de dar condições para que nosso País tenha um retrato cada vez mais fiel da sua realidade carcerária.

Além de outras informações, o programa irá individualizar cada detendo, uma vez que será registrado nome de familiares, ficha jurídica, cor da pele, marcas

no corpo, tipos de crime e até tatuagens. O sistema ainda permite o cruzamento de informações do banco de dados de todas as penitenciárias, o controle de entrada e saída dos presos, visitantes e advogados, controle processual, acesso às penitenciárias e, principalmente controle da população carcerária, já que arquivará informações do número, local onde cumprem pena e tipos de crimes cometidos.

Com todo esse aparato, espera-se oferecer à União informações confiáveis subsidiadas à administração do Depen para direcionamento de políticas públicas, interligar os estabelecimentos federais e estaduais e melhorar o funcionamento e visibilidade no acompanhamento das penas dos presos e internos, bem como a realidade de cada estabelecimento.

O que se percebe com esses dados coletados em sites do Governo, são políticas públicas extremamente preocupadas com a repressão da criminalidade. Criação de mais presídios, como se não bastassem os 1.094 estabelecimentos já existentes com mais de 400 mil presos, informatização para controle absoluto dos condenados, altos investimentos em tecnologias para manter sob ameaça e vigilância a população carcerária, enfim, todo um discurso de proporcionar uma maior segurança à população que anda atemorizada com os noticiários sangrentos dos quais a mídia se beneficia em busca de audiência.

Os políticos enaltecem suas campanhas com o discurso inflamado de repressão aos bandidos, a mídia provoca na população uma euforia sem precedentes quando retrata as rebeliões, o tráfico nos morros e outras questões de forma superficial passando a idéia de que todas as misérias do nosso País são causadas por esses “marginais” que optam por cometer crimes.

Esse é o discurso falacioso que desvia o foco do grande problema do sistema prisional do Brasil.

As prisões brasileiras são insalubres, superlotadas e corrompidas. A maioria dos detentos cumprem penas em locais impróprios.

Para citar apenas algumas das situações rotineiras desses depósitos humanos: em dias de visita, os familiares são obrigados a ficarem nus, fazerem flexões para garantir que não levarão armas e drogas para dentro da instituição; numa mesma cela, dezenas de presos amontoados revezam-se para sentar ou deitar umas poucas horas do dia; o cheiro e o ar que se respira nesses ambientes são indescritíveis; violência sexual; presos sem tratamento médico adequado

acabam por espalhar AIDS, Tuberculose, dentre outras doenças aos outros detentos; precária assistência jurídica gratuita, etc.

A má administração carcerária, a corrupção, tortura, abuso de poder e espancamentos por parte dos agentes penitenciários, rebeliões dos presos que reivindicam melhores condições de vida, o suicídio, o confronto de grupos rivais dentre outros também são constantes no dia-a-dia de aprisionamento.

Do lado de dentro dos muros prisionais, tem-se um mundo assustador, com terríveis condições de vida onde os direitos humanos são deixados de lado e a nossa Carta Magna ignorada ao extremo.

Aqui, do lado de fora desse inferno chamado prisão, os índices de criminalidade aumentam, o sentimento de impunidade se generaliza, a mídia instiga a população a cobrar das autoridades uma repressão acirrada como se aí estivesse a verdadeira raiz de toda a insegurança que necessita ser destruída.

O governo e os aplicadores do Direito respondem aos clamores sociais tornando a legislação e a execução penais mais severas, e o círculo vicioso se completa, dando continuidade a essa assombrosa realidade do sistema carcerário brasileiro.

Em entrevista concedida ao jornal Gazeta do Povo, em Curitiba, publicada em 04/04/2008, o Prof. Dr. Juarez Cirino dos Santos afirma que “quanto mais cadeias construirmos, mais cadeias nós vamos encher... a concepção de política criminal que temos é a de que se combate criminalidade com cadeia, punindo pessoas, privando pessoas de liberdade, utilizando o direito penal, enfim, para repressão.” Ainda defende que “nós temos que tratar de recuperar essas pessoas que estão lá apesar da prisão... é preciso recuperá-los para a luta, para a transformação, para que eles compreendam que não tiveram alternativas diferentes de sobrevivência, foram captados na rede de controle e foram condenados.” ... “a repressão e o controle puro e simples não combatem a criminalidade, esta é uma questão de redução de desigualdades sociais e de uma redistribuição da riqueza, das oportunidades de vida, de democratização da sociedade. A grande resposta para a questão criminal é a democracia real no sentido de permitir que o mais humilde cidadão tenha onde morar, tenha trabalho, tenha onde estudar, tenha garantia de saúde, tenha uma perspectiva e um futuro.”

4.2 O DISCURSO IDEOLÓGICO DA RESSOCIALIZAÇÃO

Uma das funções atribuídas à pena criminal é a chamada prevenção especial em suas dimensões negativa e positiva. Sendo assim:

“a execução do programa de prevenção especial ocorreria em duas dimensões simultâneas, pelas quais o Estado espera evitar crimes futuros do criminoso: por um lado, a prevenção especial *negativa* de segurança social através da *neutralização* ou da *inocuidade*) do criminoso, consistente na incapacitação do preso para praticar novos crimes contra a coletividade social durante a execução da pena; por outro lado, a prevenção especial *positiva* de *correção* (ou de *ressocialização*, ou de *reeducação* ect.) do criminoso, realizada pelo trabalho de psicólogos, sociólogos, assistentes sociais e outros funcionários da *ortopedia moral* do estabelecimento penitenciário, durante a execução da pena...”¹⁷

No que tange à dimensão positiva de correção do criminoso, parte-se do pressuposto de que tais “ortopedistas da alma” possuam a capacidade de transformar a personalidade do criminoso através de trabalhos técnico-corretivos realizados no interior do cárcere a fim de que haja uma integração social do condenado.

Este é o discurso oficial pelo qual procura-se atribuir à pena funções *declaradas* ou *manifestas* de ressocialização e correção dos indivíduos o que acaba por encobrir o objetivo real de manter e reproduzir as relações sociais desiguais.

A crítica a este discurso da prevenção especial em seu aspecto positivo de ressocialização, o qual se baseia na noção de crime como problemática individual e na idéia de que a pena possui carácter curativo, comprova o fracasso histórico do projeto técnico-corretivo da prisão, caracterizado pelo que FOUCAULT denomina de

¹⁷ SANTOS, Juarez Cirino dos. Direito penal: parte geral, 2007, p. 459.

*isomorfismo reformista*¹⁸, ou seja, repete as mesmas reformas em cada verificação histórica de seu fracasso.

Dessa forma, é possível afirmar que a prisão é incapaz de ressocializar, de reabilitar os indivíduos na prática. Pelo contrário, promove no condenado uma transformação na qual o indivíduo desaprende valores e normas de convivência social, bem como absorve valores e normas próprias da vida na prisão. Como define Alessandro Baratta: “desculturação, ou seja, a desadaptação às condições necessárias para a vida em liberdade..., o distanciamento progressivo dos valores e dos modelos de comportamentos próprios da sociedade externa.” E a chamada “aculturação ou prisionalização. Trata-se da assunção das atitudes, dos modelos de comportamento, dos valores característicos da subcultura carcerária.”¹⁹

Tal processo simultâneo, descrito acima por BARATTA, e conhecido como *prisionalização*²⁰ do condenado, prejudica ainda mais o apenado quando este retorna ao convívio social e se depara com as mesmas condições desfavoráveis que determinaram a criminalização anterior. Somando a isto, ainda tem-se outro componente, qual seja, a expectativa da comunidade em face do condenado rotulado como criminoso a fim de que este assuma esse rótulo e pratique novos delitos. Tal ciclo acaba por confirmar a inserção do condenado em carreiras criminosas, fechando de vez as portas de uma possível reintegração social.

Sendo assim, tem-se que a função de ressocialização é aparente, é algo trazido como verdadeiro pelo discurso oficial, mas que não passa de ideologia do sistema punitivo. A realidade é que o cárcere é conhecido popularmente como escola de formação de bandidos, um lugar de inserção definitiva em carreiras criminosas. Mais do que isso, o sistema prisional opera uma eficácia invertida:

“As prisões não diminuem a taxa de criminalidade: pode-se aumentá-las, multiplicá-las ou transformá-las, a quantidade de crimes e de criminosos permanece estável, ou, ainda pior, aumenta...; A detenção provoca reincidência; depois de sair da prisão, se têm mais chance que antes de voltar para ela...; as condições dadas aos detentos libertados condenam-nos

¹⁸ FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir, 2008, p. 225.

¹⁹ BARATTA, Alessandro. Criminologia crítica e crítica do direito penal, 2002, p. 184.

²⁰ Id.

fatalmente à reincidência... saem da prisão com um passaporte que têm que mostrar em todo lugar onde vão e que menciona a condenação que sofreram; a prisão fabrica indiretamente delinqüentes, ao fazer cair na miséria a família do detento.”²¹

Mas, inobstante o seu fracasso especialmente no que tange a chamada *recuperação* dos indivíduos, sua manutenção se dá tendo em vista o verdadeiro objetivo que está por trás do discurso oficial, qual seja, sua dupla função de reprodução:

“reprodução das desigualdades das relações sociais capitalistas (pela garantia da separação trabalhador/meios de produção) e reprodução de um setor de estigmatizados sociais.”²²

Essa desigualdade é sentida em todos os níveis, isto porque há uma verdadeira proteção seletiva de bens jurídicos representativos das necessidades e interesses das altas classes sociais. Ocorre também uma estigmatização seletiva de indivíduos excluídos das relações de produção e do poder político, e são para estes membros dos setores mais vulneráveis (pobres, negros, mestiços, ect.), que a prisão se realiza como aparelho de controle social, de repressão seletiva da criminalidade mantendo e reproduzindo as relações sociais desiguais.

Com isso, a violência estrutural provocada pelo capitalismo acaba por concentrar a repressão nas classes sociais subalternas. O indivíduo que adentra o submundo das prisões sai estigmatizado, marcado como criminoso, em que pese já ter “pago” sua dívida perante a comunidade. E ao retornar ao convívio social, não possui perspectivas de ingressar no mercado de trabalho, daí porque a propensão ao risco do egresso cair na criminalidade é muito alta.

²¹ FOUCAULT, Vigiar e punir, 2008, p. 221-223.

²² SANTOS, Juarez Cirino dos. A criminologia radical, 2008, p. 46.

4.3 PELA HUMANIZAÇÃO DO CÁRCERE

O sistema prisional brasileiro é um instituto carente de mudanças. Necessita de um processo de reestruturação a longo prazo, a fim de que seja garantido aos apenados a existência digna, premissa maior em um Estado Democrático de Direito.

As medidas paliativas tomadas pelas autoridades competentes têm se mostrado insuficientes para conter a onda de violência e criminalidade que assolam nosso País.

A realidade carcerária é desastrosa: verdadeiros amontoados de pessoas, condições desumanas de sobrevivência, rebeliões constantes, corrupção da polícia, tratamento degradante aos presos e suas famílias, etc.

O processo de ressocialização, uma das funções que a pena privativa de liberdade deveria cumprir, está fadado ao insucesso, vale dizer, o cárcere é conhecido como escola de formação de marginais.

A situação se agrava ainda mais quando o apenado retorna ao convívio social: não há perspectivas para a inserção dessa pessoa no mercado de trabalho.

As nossas prisões estão superlotadas: são mais de 400 mil presos em situação indigna.

Acreditamos que a resposta adequada à questão criminal seja a pena, em especial, a privativa de liberdade.

As funções declaradas de prevenção da criminalidade e de ressocialização do criminoso acabam por legitimar a repressão seletiva dos indivíduos das camadas sociais subalternas.

A violência estrutural provocada pelo capitalismo garante as relações sociais desiguais de produção e distribuição material. Há uma preocupação desenfreada com a segurança pública que tornam facilmente sacrificáveis os direitos e garantias individuais e coletivos.

Pessoas desprovidas de dinheiro, desempregadas ou que nem mesmo chegaram a ingressar no mercado de trabalho são captadas pelo controle social e condenados ao aparelho prisional. Estes indivíduos são o alvo da política repressiva, encobrindo-se, assim, as verdadeiras problemáticas, quais sejam a desigualdade social e a pobreza.

Diante do exposto, e cientes, então, que não se resolve o problema da criminalidade com polícia, justiça e prisão, quais medidas poderiam adotadas a fim de contermos a violência generalizada que se espalhou em nosso País?

Como enfrentar os problemas do sistema carcerário?

Através da reforma penal proposta pela Criminologia Crítica. Para tanto, num primeiro momento, a Criminologia Crítica propõe um Direito Penal Mínimo, através da ação em duas direções principais: redução do sistema de justiça criminal, com programas de *descriminalização* e de *despenalização* radicais; bem como propostas de humanização do sistema penal.

No que tange as propostas de humanização do sistema penal, torna-se indispensável a *descarcerização* através de ampliação de hipóteses de extinção, redução ou de desinstitucionalização da execução penal, como por exemplo, promover, em todas as modalidades de livramento condicional, a redução do tempo de cumprimento da pena, pela natureza arbitrária dos prazos legais.

Outra medida seria garantir o exercício de direitos legais e constitucionais do condenado, através da instrução geral e profissional, trabalho interno e externo, bem como serviços médicos, odontológicos e psicológicos especializados.

Nas palavras do Prof. Juarez Cirino, “não se trata de ressocializar através da prisão, e sim, de recuperar os indivíduos que estão lá apesar da prisão”.

Assim, toda melhoria das condições de vida no cárcere deve ser estimulada, a máxima humanização no sistema prisional deve ser o objetivo real a ser perseguido, bem como a maximização dos substitutos penais, das hipóteses de regime aberto, dentre outros.

Temos que ter em mente que o sistema capitalista produz essa violência estrutural, mandando para as prisões milhões de marginalizados do mercado de trabalho, do processo de consumo e da própria cidadania. Pessoas que não tiveram alternativas diferentes de sobrevivência, que cresceram num mundo de brutalização e que não conhecem outra forma de viver que não seja através da violência.

E estes excluídos, atirados no submundo do cárcere, se vêem privados dos direitos humanos e de sua dignidade.

Por isso, a luta por toda melhoria, por toda ação humanitária no que diz respeito ao sistema prisional deve ser perseguida.

E mais do que isso, a luta por uma democracia real: uma transformação da própria estrutura da sociedade, realizada através de políticas públicas de emprego,

moradia, saúde, salário digno, escolarização em massa, dentre outros, que são programas verdadeiramente capazes de combater o problema da criminalidade através da alteração ou redução das condições sociais adversas da população marginalizada do mercado de trabalho e dos direitos de cidadania.

5 CONCLUSÃO

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 1º, inciso III, consagrou o princípio da Dignidade da Pessoa Humana como um dos fundamentos do nosso Estado Democrático de Direito.

Ao longo da história, o conteúdo e significado da noção de dignidade humana foram assumindo contornos e nos dias atuais, é possível afirmar que tal princípio constitucional parte do pressuposto de que o indivíduo, em virtude tão somente de sua condição humana e independentemente de qualquer outra circunstância, é titular de direitos que devem ser reconhecidos e respeitados tanto pelos seus semelhantes quanto pelo próprio Estado.

Não obstante ser um instituto de contornos vagos, por tratar-se de uma categoria axiológica aberta, doutrina e jurisprudência se esforçaram em estabelecer limites básicos que permitiram conceituar a dignidade humana como qualidade intrínseca do ser humano.

Isto implica em afirmar que a dignidade abarca respeito e proteção à integridade física e corporal do indivíduo, condições justas e adequadas de vida a este à sua família, bem como garantia de isonomia entre todos os seres humanos.

O princípio da Dignidade Humana é assim, um valor inerente ao homem e um vetor que deve orientar a interpretação e aplicação de todas as normas do ordenamento jurídico.

Em que pese ser um dos fundamentos da ordem constitucional, quando se trata da população carcerária percebe-se que tal preceito é completamente ignorado.

Tortura, crueldade, sujeira, superlotação, desorganização, dentre outros, revelam o lado obscuro desse depósito humano intitulado de prisão.

Conforme dados do próprio governo, são mais de 400 mil presos - uma verdadeira multidão de pessoas sobrevivendo em condições desumanas. São pessoas que foram captadas pela rede de controle e condenados ao inferno prisional.

São cidadãos que não tiveram oportunidades de estudar, de ingressarem no mercado de trabalho, que foram excluídos e marginalizados, que cresceram em

condições de brutalização e só conheceram a violência como forma de comportamento.

E diante desse quadro de calamidade, o Estado, com o discurso oficial de combate à criminalidade, responde aos anseios sociais de segurança pública, com uma repressão acirrada, com medidas como: endurecimento maciço da legislação penal, construção de presídios de segurança máxima, policiamento ostensivo nas ruas, ocupação dos morros pelos policiais, etc. E dessa maneira, o círculo vicioso se completa, com mais e mais pessoas enviadas à prisão.

Num primeiro momento, mais especificamente na sociedade feudal, pré-capitalista, o cárcere era uma instituição usada para fins de custódia do criminoso que aguardava julgamento para, então, ser submetido às penas corporais e aos castigos cruéis.

Com a transição da economia feudal para a economia capitalista, ocorre uma modificação do fundamento do poder punitivo, ou seja, a pena não mais importava em suplício do corpo do condenado, agora era utilizada para corrigir, reeducar, curar os prisioneiros, tornando-os dóceis e úteis à disciplina do trabalho.

Os camponeses expulsos do campo e expropriados dos meios de produção, lotaram as cidades e se transformaram numa grande massa de desocupados. Eram mandados às *workhouses*, casas de trabalho forçado, que disciplinavam essa gama de ociosos à disciplina do trabalho assalariado.

Mas é na sociedade americana, berço da formação social capitalista mais desenvolvida da modernidade, que surgem os modelos de penitenciárias de Filadélfia e de Auburn.

Assim, com o desenvolvimento da sociedade capitalista, com a transformação do camponês em operário, tendo a fábrica como aparelho de produção econômica da estrutura social, o cárcere surge como aparelho de privação de liberdade, reproduzindo as desigualdades sociais e gerando os estigmatizados sociais.

A prisão, imbuída de técnicas corretivas e reformadoras dos indivíduos, persiste até os dias atuais. Ao seu fracasso histórico de ressocializar e corrigir os condenados se sobrepõe seu verdadeiro sucesso, qual seja, o de reprimir a criminalidade das classes inferiores, imunizando a criminalidade das elites de poder econômico e político.

Dessa forma, é possível afirmar que o cárcere é um instrumento necessário à manutenção do capitalismo e que este é o grande responsável por toda violência estrutural da nossa sociedade.

As funções declaradas da pena de prevenção da criminalidade e de ressocialização do criminoso acabam por legitimar a repressão seletiva dos indivíduos das camadas sociais subalternas.

E esses indivíduos, que fazem parte dos setores mais vulneráveis, saem da prisão estigmatizados, permanecendo impedidos de ascender socialmente após a “tatuagem” do sistema prisional.

Na prática, constata-se que a prisão jamais reabilitou. Pelo contrário, acaba por encorajar os internos a absorver e adotar hábitos típicos desse ambiente hostil.

Estes encarcerados são submetidos a uma verdadeira escola de formação em carreiras criminosas. Eles acabam adotando valores e normas próprios da prisão e se distanciam dos valores e comportamentos próprios da sociedade externa.

E ao retornarem ao convívio social, não obstante terem cumprido sua pena, são rotulados como ex-prisioneiros e não conseguem sequer, serem inseridos no mercado de trabalho. Daí porque, muitos praticam novos crimes e voltam ao inferno carcerário.

A criminologia crítica, diante dessa problemática, apresenta propostas capazes de reformar o sistema penal como um todo, apresentando programas de descriminalização e despenalização radicais, bem como um programa de descarcerização radical, com a máxima humanização das condições de vida no cárcere.

São propostas que visam, num primeiro momento, diminuir a população carcerária, com a ampliação dos substitutivos penais, das hipóteses de regime aberto, bem como de mudanças dentro da própria instituição, a fim de garantir o exercício de direitos legais e constitucionais do condenado, de forma a propiciar, aos internos, condições mais dignas apesar de estes estarem no cárcere.

É necessário lutar para que todas e quaisquer melhorias nas condições de vida dentro da prisão sejam efetivadas. Educação, profissionalização, alimentação, celas com camas e ventilação adequadas, banheiros, banhos de sol, trabalho interno e externo, atividades esportivas, visitas familiares sem os constrangimentos atuais, serviços médicos, odontológicos, psicológicos, enfim, ações que tornem a vida dos apenados tão digna quanto a de qualquer cidadão em liberdade.

Além disso, uma maior assistência jurídica deve ser propiciada aos presos. Isto porque, inúmeros internos continuam encarcerados mesmo já tendo cumprido o tempo de condenação, ou mesmo aqueles esquecidos, sem advogados e que acabam contribuindo ainda mais para a superlotação.

E mais, é preciso cobrar das autoridades, políticas públicas de educação, saúde, moradia, lazer, emprego, alimentação, transporte, previdência, que são medidas realmente capazes mudar a situação de desigualdade social que assola nosso País.

Sendo assim, é preciso enfrentar as deficiências do sistema de justiça criminal como um todo, o qual é instituído para garantir uma ordem social desigual e opressiva, além de repensar a pena privativa de liberdade, apresentando propostas de mudanças que efetivamente contribuam para um processo de reestruturação do sistema prisional. É preciso entender que o Direito Penal não é a resposta sensata à criminalidade.

A construção de mais presídios, a criminalização de mais condutas que vão além das que protegem a vida, a integridade e a sexualidade é tornar o sistema penal cada vez mais desigual e injusto.

Responder com Direito Penal aumenta a desigualdade causada pelo grande capital.

A luta por uma democracia real deve ser o fim maior almejado em nossa sociedade. Só assim é possível combater a violência estrutural provocada pelo capitalismo.

Devemos cobrar de nossos políticos não uma repressão acirrada ao crime, e sim, políticas públicas que diminuam as desigualdades sociais.

Dessa forma, com a adoção de políticas sociais e luta por uma escolarização maciça da população, e a conseqüente redução das desigualdades sociais, o ser humano estará vivendo em uma sociedade justa e igualitária, em um Estado Democrático de Direito, onde seus direitos estarão assegurados e a sua dignidade consolidada.

REFERÊNCIAS

ARGÜELLO, Katie Silene Cáceres. **Do estado social ao estado penal: invertendo o discurso da ordem.** Disponível em: <<http://www.cirino.com.br/artigos/Artigo%20Katie.pdf>> Acesso em: 15 de abr. de 2008.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal.** Tradução de Juarez Cirino dos Santos. 3 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito penal: parte geral.** 2 ed. rev. e ampl. Curitiba: ICPC; Lumen Juris, 2007.

_____ **A criminologia radical.** 3 ed. Curitiba: ICPC; Lumen Juris, 2008.

_____ **30 anos de vigiar e punir (Foucault).** Disponível em: http://www.cirino.com.br/artigos/jcs/30anos_vigiar_punir.pdf. Acesso em: 15 de abr. de 2008.

_____ **A criminologia crítica e a reforma da legislação penal.** Disponível em: http://www.cirino.com.br/artigos/jcs/criminologia_critica_reforma_legis_penal.pdf. Acesso em: 22 de abr. de 2008.

_____ **Privatizações de presídios.** Disponível em: http://www.cirino.com.br/artigos/jcs/privatizacoes_presidios.pdf. Acesso em: 22 de abr. de 2008.

_____ **Política criminal: realidade e ilusões do discurso penal.** Disponível em:

http://www.cirino.com.br/artigos/jcs/realidades_ilusoes_discurso_penal.pdf. Acesso em: 22 de abr. de 2008.

_____A questão da criminalidade não se resolve com direito penal. **Gazeta do povo**, Curitiba, 04 de abr. 2008. Disponível em: <http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/vidaecidadania/conteudo.phtml?tl=1&id=753531&tit=A-questao-da-criminalidade-nao-se-resolve-com-Direito-Penal>. Acesso em: 14 de abr. de 2008.

CONFERÊNCIA: “A Crise de Legitimação da Pena”, proferida pelo Prof. Dr. Massimo Pavarini, em 24/08/2007, na cidade de Curitiba, salão nobre da Universidade Federal do Paraná.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 35 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **Monografia jurídica**. 7 ed, rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

MARTINS, Flademir Jerônimo Belinati. **Dignidade da pessoa humana: princípio constitucional fundamental**. Curitiba: Juruá, 2003.

MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. **Cárcere e fábrica: as origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX)**. Tradução Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. (a) **Execução Penal – notícias: Governo entrega mais um presídio federal**. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJFB3ADAA8ITEMIDD7C1E3B5C3784CFB80FC86DA37BDAADEPTBRIE.htm>. Acesso: 27 de maio de 2008.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. (a) **Execução Penal – notícias: Informações Infopen**. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMID598A21D892E444B5943A0AEE5DB94226PTBRIE.htm>. Acesso: 27 de maio de 2008.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. (a) **Execução Penal – notícias: Depen apóia ressocialização de presos no Distrito Federal.** Disponível em: <http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJFB3ADAA8ITEMID0EFD278D8E594B8D9BDDD59B75E50427PTBRIE.htm>. Acesso: 27 de maio de 008.

PELEGRINI, Carla Liliane Waldow. Considerações a respeito do princípio da dignidade humana. **Revista Bonijuris**, Curitiba, v. 16, n. 485, ano XVI, p. 05-16, abr. 2004.

PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE CRIMINOLOGIA CRÍTICA, realizado em Curitiba, nos dias 28, 29 e 30 de maio de 2008, no salão nobre da Universidade Federal do Paraná.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais.** 4 ed. rev., atual e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na constituição federal de 1988.** 5 ed. rev. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e estrutura social.** 2 ed. Tradução Gizlene Neder. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

ANEXOS

ANEXO A – ENTREVISTA COM O PROF. DR. JUAREZ CIRINO DOS SANTOS, CONCEDIDA AO JORNAL GAZETA DO POVO E PUBLICADA EM 04/04/2008.

“A questão da criminalidade não se resolve com Direito Penal”

Publicado em 04/04/2008 | *Vinícius Dias*

Nem bem se chegou ao quarto mês de 2008 e o sistema penal já deu mostras de sua falência suficientes para o ano inteiro. E não se faz referência, aqui, aos presídios de São Paulo ou à violência do Rio de Janeiro, a quilômetros do “Sul Maravilha”, mas a casos ocorridos no Paraná. São cadeias interditadas pela Justiça por todo o estado, crimes chocantes como o assassinato de uma professora da Universidade Federal do Paraná por um adolescente, entre outros fatos preocupantes. Diante desse quadro, surgem propostas de reformas nos Códigos Penal e de Processo Penal, de redução da maioridade penal, de privatização de presídios. Gritos desesperados de uma sociedade aterrorizada. O advogado paranaense Juarez Cirino dos Santos, uma das vozes mais ativas da Criminologia Crítica no Brasil, defende reformas mais profundas, com o fim da atual estrutura social. “Alguma esperança, se existe, está na transformação desse tipo de organização social excludente por outra mais igual”, afirmou em entrevista à Gazeta do Povo.

No início do mês passado, a sociedade curitibana chocou-se com o assassinato da professora da UFPR Maria Benigna de Oliveira, cometido por um jovem a três meses de completar 18 anos, o que o livrou de uma condenação mais grave, nos ditames do Código Penal. Não faltaram vozes pedindo a redução da maioridade penal, hoje de 18 anos. O que o senhor pensa a esse respeito?

Foi lamentável o que ocorreu com a professora, mas vivemos cercados desses fatos. Vivemos uma situação de violência generalizada, que tem suas raízes na própria violência estrutural, na estrutura social violenta, no sistema econômico-

político violento, porque é fundado na desigualdade e na exclusão. Estamos produzindo milhões de marginalizados do mercado de trabalho, do processo de consumo e, conseqüentemente, da cidadania. São pessoas que vivem em condições subumanas de brutalização, de deformação, de embrutecimento e parece, portanto, que esse tipo de comportamento agressivo dessa população excluída pode ser tido como normal. Quer dizer, em condições sociais anormais, o crime é um fenômeno normal, a violência individual é um fenômeno normal. Assim, a questão da redução da maioria penal é uma falsa questão. Pretende-se combater a questão da criminalidade com mais Direito Penal. Porque se reduzir a idade penal, vai se ampliar o Direito Penal, vai se ampliar a quantidade de pessoas que vão estar submetidas ao Direito Penal, que vão estar sujeitas à pena e à prisão. E a pena, o Direito Penal e a prisão, historicamente, são absolutamente um fracasso em termos de conter a criminalidade. Esse discurso, que é o discurso da teoria jurídica da pena, falando em prevenção especial, prevenção geral, em retribuição, não funciona. Essa é uma questão que está sendo colocada nos meios de comunicação, no próprio parlamento, nessas propostas de reforma do Código Penal, de modo inteiramente equivocado. Em princípio, porque não se entende o que seja imputabilidade penal. Esse juízo de reprovação é complexo e pressupõe a demonstração de certos requisitos mínimos, um deles é a imputabilidade. Aí estão parlamentares propondo a redução da idade penal, mas não sabem o que seja a imputabilidade. É óbvio – e esse é o único argumento que está na cabeça das pessoas – que um jovem de 16 anos sabe que matar é crime. Mas quando nós analisamos outros crimes, como os contra a administração pública, só para exemplificar, as pessoas já não têm a noção do que seja comportamento criminoso. Há uma infinidade de crimes que, para reconhecê-los como tais, seria preciso um mínimo de experiência, e um jovem de 16 anos não pode saber. Acho que nem o de 18 pode saber. Nessa dimensão de consciência, de conhecimento, que define a imputabilidade, começa a enorme dificuldade. Não se pode alterar a idade penal por causa disso. Mas tem um dado mais importante, que é a questão emocional. Porque a imputabilidade não se define só pela capacidade de compreender o caráter criminoso do fato, mas pela capacidade de determinar-se de acordo com essa compreensão. Portanto, a imputabilidade supõe essa capacidade de controle das emoções. E para controlar as emoções, nós precisamos de um mínimo de experiência de vida, de nos defrontarmos com situações em que essas emoções

afloram e aí aprendermos a lidar com elas. Ou seja, um jovem de 16 anos, embora possa conhecer que determinados comportamentos são criminosos, tem uma imensa dificuldade e até uma impossibilidade de controlar essas emoções. Se não, daqui a pouco nós vamos punir criancinhas. E para quê? Nós já temos, afinal de contas, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que estabelece medidas sócio-educativas extremamente rigorosas: para determinados atos infracionais pode chegar a três anos de internação. E, para um jovem de 16 anos, ficar três anos internado é uma eternidade. Essa proposta de redução se insere na reação neurótica de tentar resolver o problema da violência individual com polícia, com Justiça, com prisão, e historicamente nós já verificamos que isso aí é um equívoco.

O ECA completa 18 anos neste ano. Quais os erros e acertos desse estatuto dos jovens?

O Estatuto foi criado segundo a inspiração mais democrática e seguindo as orientações mais modernas em matéria de legislação para a criança e para a juventude. Mas essa disciplina legal ficou na lei, porque ela não chegou a ser implementada na realidade. Primeiro, porque o Estado não dotou os poderes incumbidos de aplicar o ECA dos instrumentos administrativos e necessários para a implementação do Estatuto. Há uma série de questões que se poderia colocar, mas que a gente poderia resumir no seguinte: existem medidas sócio-educativas que não são privativas de liberdade, que seriam aquelas, na visão do Estatuto, que deveriam ser privilegiadas; e existem medidas sócio-educativas que são de semiprivação ou de privação de liberdade, o caso da internação, que seriam aplicadas só por exceção. Na prática, em face da ausência de estabelecimentos ou de mecanismos que permitissem a ampla aplicação do Estatuto, e também devido a uma compreensão deformada por parte das próprias autoridades incumbidas da aplicação do ECA, que levam para o Estatuto uma visão própria do Direito Penal, acaba-se privilegiando as medidas privativas de liberdade, com conseqüências das mais terríveis para a juventude como um todo. Parece até que não só os juízes e o Ministério Público, mas o público em geral esqueceu que foi jovem um dia. Esqueceu que a infração para o jovem é um ato normal. É um fato normal da vida. E quem nega isso é porque ou perdeu a memória e não se lembra mais da sua juventude, ou é um hipócrita, porque está afirmando algo em que não acredita.

Então, isso nos diz que nós devemos ter em relação à juventude uma atitude de grande compreensão, de grande carinho, e não uma atitude de repressão. Porque na medida em que optamos pela via mais grave, a internação, nós estamos construindo carreiras criminosas. O sistema de justiça criminal, o sistema de proteção dos atos infracionais, é criminogênico. Quem entra uma vez no sistema formal de controle está perdido, não tem mais nenhuma chance de reinserção social. O sistema perde as pessoas.

O Sr. fala de carreiras criminosas. Há indivíduos irrecuperáveis? O que fazer com eles?

Nós estamos tratando aqui da natureza humana. Estamos partindo do princípio de que existem pessoas que são boas, e que nascem boas, e que continuam boas, e nada as perverte. E existiriam pessoas que são más, nascem más, e nada as transforma em pessoas boas. Existem pessoas boas e más, e as más nós temos que excluir e as boas nós temos que privilegiar. Essa é uma idéia errada também. As pessoas não são boas ou más, as pessoas são feitas boas ou más. O homem não nasce com uma natureza dada. Não há os eleitos e os condenados, os que estão na felicidade e os que estão na miséria. O ser humano, na verdade, é o conjunto das relações sociais. Quando eu penso o ser humano como conjunto das relações sociais, eu estou inserindo o homem no contexto concreto da sua vida, e percebendo o nosso ser humano em uma sociedade como a nossa, que é uma sociedade desigual, que essa desigualdade é instituída constitucionalmente e reproduzida pelo Direito. Isso é importante destacar. A desigualdade não é um fenômeno natural. A desigualdade é instituída pela Constituição e reproduzida pelo conjunto do Direito, no caso do Direito Civil, do Direito do Trabalho, etc., e o que é pior: garantida pelo Direito Penal, pelo sistema da justiça criminal. Que desigualdade é essa? A desigualdade que decorre da relação capital X trabalho assalariado. Uma relação desigual cuja lógica significa concentração da riqueza e do poder num dos pólos da relação, que é o pólo do capital, e a generalização da miséria e da privação no outro pólo. Agora, nós vemos aqui nesse pólo do trabalho dezenas de milhões de pessoas que vivem com dificuldades fantásticas, vivendo com um salário, um pouco mais de um salário – e é impossível viver com R\$ 400 por mês num país como o nosso –, e uma riqueza imensa do outro lado, que não é socializada. Agora, ainda

assim, felizes dos que estão no processo de trabalho, que ainda estão integrados no mercado de trabalho e que têm um salário, uma moradia, apesar de viverem com uma dificuldade imensa. E os milhões que estão excluídos do processo de trabalho e não conseguem retornar, vão viver como? Eles não têm onde morar, não têm o que comer, não têm escola, não têm roupa, não têm perspectiva, não têm esperança, não têm família, não têm nem pai nem mãe. E esse pessoal? Imagine o ser humano que se forma. Então agora eu estou compreendendo o ser humano como a expressão desse conjunto de relações históricas, de razões sociais que o constitui. E aí, dentro de algum tempo, nós vamos encontrar aqui uma criança que nasceu com um potencial de desenvolvimento extraordinário transformada num animal, num sujeito inteiramente deformado, com o qual realmente é impossível conviver. Mas é culpa dele? Ele não gostaria de ter tido outra chance? Foucault tem uma passagem notável no livro *Vigiar e Punir*: ele coloca um juiz na frente de um réu e aí ele fica especulando e estudando as condições do réu, dizendo que se esse réu tivesse nascido nas condições daquele juiz, tivesse tido as chances que ele teve de se alimentar bem, de desenvolver o cérebro, de se escolarizar, de ter o apoio da família, ele seria um juiz e talvez estivesse julgando um réu. E se aquele juiz tivesse vivido nas condições desse réu, de marginalização, de exclusão, muito provavelmente ele estaria no lugar do réu, sendo julgado. Por quê? Porque o homem é esse conjunto das relações sociais, das relações históricas. Aí nós vamos ver que nós estamos produzindo essas pessoas, então nós somos responsáveis por elas também. Não as produzimos diretamente, porque não somos capitalistas, porque não temos uma grande empresa, porque não somos banqueiros, não somos industriais, não somos fazendeiros, mas somos responsáveis. Porque nós, nas escolas, nas faculdades, defendemos uma concepção de mundo que sustenta essa organização social. Na imprensa, defendemos um conjunto de valores que sustenta essa organização social. No parlamento, estabelecemos leis que instituem essa organização social. Ou seja, nós somos responsáveis por isso também. Como é que agora eu posso falar num sujeito irrecuperável, que eu preciso eliminar as maçãs podres, se fui eu quem as apodreceu. Essa maçã, em condições adequadas, poderia ser uma fruta muito bonita. Em uma sociedade desigual, violenta, como a nossa, não é possível você conter a violência individual com polícia. Isso se faz com políticas sociais, que não se realizam porque isso requer uma transformação, uma mudança na correlação de forças, que está na base da organização social e das

relações de poder político que estão aí presentes e que se exprimem nessa legislação que institui a desigualdade, ou que garante a desigualdade. O Direito Penal entra aqui como uma garantia, porque o Direito Penal legitima a prisão, e é porque o Estado tem o poder de prender através do processo penal que se mantém essa organização social absolutamente injusta. Se não existisse o poder de prender, o que seria dessa forma de organização da sociedade?

Por falar em prender, diversas prisões vêm sendo interditadas no Paraná. A situação é a mesma no resto do Brasil. E há quem proponha a construção de mais cadeias ou a privatização dos presídios...

Quanto mais cadeias construirmos, mais cadeias nós vamos encher. Essa que é a verdade. É que isso entra nessa concepção de política criminal em que se combate criminalidade com cadeia, punindo pessoas, privando pessoas de liberdade, utilizando o Direito Penal, enfim, para repressão. Combate-se a criminalidade com a repressão. Essa resposta é hoje quase neurótica, compulsiva, da humanidade capitalista. E no Brasil a tragédia ainda não é tão grande, em termos de encarceramento. Nos Estados Unidos, existem atualmente 2,5 milhões de pessoas literalmente atrás das grades, presas. Além dessas, existem mais cerca de 5 milhões de pessoas que são controladas indiretamente pela prisão, isto é, pelo probation, pelo parole, que correspondem lá ao nosso livramento condicional e à suspensão condicional da pena, mais ou menos isso. Então eles têm 7,5 milhões de pessoas. Nós estamos em torno de 400 mil, mas temos uma perspectiva de desenvolvimento muito grande: o futuro que nos aguarda é esse futuro norte-americano, que precisa construir uma nova prisão para mil homens a cada seis dias. A cada seis dias eles precisam de uma nova prisão para mil homens! Hoje eles já constroem a prisão sob a forma de fábrica, a forma ideal do capital, ou a fábrica sob a forma de prisão. É você ter ali o trabalhador aprisionado, que vive naquele espaço confinado e a única coisa que ele faz é utilizar sua energia produtiva para a produção de mercadorias. E hoje, por exemplo, algumas dessas empresas que estão investindo na indústria da prisão e do controle social nos Estados Unidos são as que mais crescem na bolsa norte-americana. E pensam que descobriram uma grande solução. É uma das sociedades mais violentas do mundo, não só internamente como externamente. Eles são o parâmetro, o padrão de violência.

No Brasil, nós temos a mesma coisa, só que em ponto menor. E ainda acreditamos na pena como resposta para a questão criminal. As nossas prisões estão, evidentemente, superlotadas. Claro que seria preferível termos prisões com dois, três presos por cela do que uma prisão com 15, 20 presos por cela. As condições são absolutamente indignas, mas isso não quer dizer que se as condições fossem dignas a prisão funcionaria. Ela não funciona. Nem nos países centrais, onde as prisões são menos indignas. Nem assim. A prisão não funciona. E aqui não funciona e não vai funcionar nunca. Agora, devemos voltar as costas às prisões por causa disso, ignorar o que se passa lá dentro? Isso não é possível. Existe uma humanidade inteira: no Brasil, são mais de 400 mil presos. Os Estados Unidos têm mais do que a população de Curitiba dentro de cadeias. E sem resolver o problema criminal. E aí eu me pergunto: o que vamos fazer? Se eu estou convencido de que a resposta penal é uma resposta absolutamente inadequada para o combate à criminalidade, vou esquecer a questão das prisões? Não! É preciso mostrar isso ao público, mostrar que o sistema não funciona. Na verdade, não se trata de ressocializar através da prisão, mas nós temos que tratar de recuperar essas pessoas que estão lá apesar da prisão. É outra coisa. Não é através da prisão, porque com a prisão não se recupera nada, mas é apesar dela recuperar para a vida. São desprovidos de dinheiro, são ex-assalariados ou pessoas que nunca entraram no mercado de trabalho que estão lá. É preciso recuperá-los para a luta, para a transformação, para que eles compreendam qual é a origem da sua desgraça e que eles não podem resolver os seus problemas sozinhos, mas que se eles agirem coletivamente, eles podem transformar a sociedade, e reduzir o sofrimento da humanidade como um todo. Um trabalho de conscientização política, de organização dessa gente. Isso é possível, na medida em que partidos políticos despertassem para isso, em que sindicatos, organizações para a vida fora da prisão sentissem que poderiam desempenhar um papel nisso aí. Na verdade, não existe melhor cárcere. A proposta não é mais cárcere, mas mais menos cárcere. Vamos também contribuir para reduzir o drama terrível dos que estão lá, não porque queiram estar lá, mas porque na vida não tiveram alternativas diferentes de sobrevivência, foram captados na rede de controle e foram condenados. Como se lá estivessem todos os que praticaram crimes. A sociedade está cheia de pessoas que praticaram crimes. Ocorre que temos uma criminalidade que é reprimida, que é essa criminalidade que se produz por inquéritos, processos e cadeia, que é uma criminalidade convencional.

E temos uma criminalidade das elites, que é chamada criminalidade econômica, contra o sistema financeiro, crimes contra a ordem tributária, etc., que faz parte daquele Direito Penal simbólico, que existe só para efeito retórico, de informar o discurso, porque não tem aplicação prática. E o legislador sabe que ele não funciona. E os juízes e os aplicadores do Direito Penal convencional são até enganados por isso. Dizem: “não, mas o Direito Penal é igual para todos”. Quer dizer, isso reduz aquela má consciência. É assim que funciona a lógica do sistema. Agora o discurso é outro. Quer dizer, o discurso é sempre um discurso encobridor, é um discurso que está nos mostrando uma realidade que não existe ou que está tentando nos convencer de uma coisa que é uma quimera. É um discurso que está nos meios de comunicação, que está nos livros de Direito, nas escolas, e nas faculdades de Direito, enfim, no discurso jurídico e nos tribunais. Essa é a tragédia.

E o que dizer da privatização das prisões?

Eu vou te dizer: essa questão da privatização das prisões é outro grande equívoco. Nós tivemos um período de privatização de prisões que vem do século 19 até o começo do século 20. E aí havia uma grande euforia em ter prisões privadas, especialmente nos Estados Unidos, que era então uma nação de grande progresso. E a experiência americana mostrou uma série de questões que até então não se sabia. Primeiro, que no âmbito do mercado de trabalho, a indústria que funcionava na prisão produzia uma mercadoria, por causa dos baixos salários, que sempre são inferiores, a preços mais competitivos que um concorrente fora da prisão. E aí a mercadoria da prisão quebrava a indústria fora da prisão. E começou a haver oposição dos sindicatos, porque os seus associados estavam perdendo o emprego. E veio a pressão política e a questão da privatização das prisões deixou de parecer aquela solução para a questão, inclusive com a verificação de que no trabalho da prisão ocorria uma super-exploração da força de trabalho, até com destruição da força de trabalho. Então isso produziu alguns escândalos e, no começo do século 20, aboliu-se completamente o sistema de prisões privadas, que retornaram na época do Reagan. Antes, veio o New Deal, Roosevelt, a questão da socialização, a política do bem estar social, a preocupação com seguridade social, de proteção, que não resolvem o problema da pobreza, mas atenuam um pouco. Mas na época Reagan acabou-se com o Estado de bem estar social, que foi substituído pelo

Estado Penal, o estado da repressão e aderiu-se a uma política de criminalização da pobreza e de prisionalização da pobreza. Quer dizer, os Estados Unidos conseguiram reduzir os níveis de desemprego colocando os desempregados na prisão. Aquela política da tolerância zero, aquilo tudo vem na época do Reagan e aí começa uma nova fase de prisões, de prisões-empresas, de fábricas como prisões e que era diferente. Anteriormente, o Estado tinha seus condenados e aí chegava a empresa privada e dizia: “olha, nós queremos tantos aí para trabalhar”. E até ocorriam certas coisas esquisitas, porque falava-se que para recuperar era preciso que ele ficasse muito tempo trabalhando e então era importante que os juízes dessem penas longas, influenciando até o poder judiciário, no sentido de aumentar as penas para garantir uma exploração mais longa do condenado. Enfim, abandonou-se isso e, no período Reagan, a coisa veio com outro modelo: os empresários começaram a construir prisões que eram fábricas e chegaram para o governo dizendo “olha, nós temos aqui uma prisão que está prontinha, com todos os médicos, os psicólogos, os sociólogos, as assistentes sociais e os policiais e só estamos esperando os presos. E o senhor está com um problema de superlotação”. Mas que grande solução. E aí começou a indústria da prisão. Agora, eles constroem a prisão, controlam a segurança, a disciplina, e administram a pena. O que vai ser o futuro? Vamos criar um arquipélago carcerário? Em que existem apenas alguns felizardos e o resto da sociedade está enclausurada para trabalhar? É esse o tipo de sociedade que nós queremos? É esse o tipo de organização social que queremos para os nossos filhos? Isso não é possível. Eu até defendo que o preso tem que trabalhar, porque trabalhando ele cumpre sua pena melhor, mas o único patrão que ele pode ter é o Estado. Por quê? Porque o Estado é controlado. É controlado pelo Ministério Público, é controlado pelo Parlamento, é controlado pelo povo, tem instituições específicas de controle. Aqui no Paraná, nós vivemos umas experiências assim, começaram em Guarapuava, que foi uma das primeiras prisões privadas do país. Felizmente, isso foi abolido.

E o que o Sr. pensa de monitoramento eletrônico dos presos, outra moda norte-americana que chegou aqui?

Isso não serve para nada. Só serve para expandir a noção de que com repressão e controle puro e simples se combate a criminalidade, quando esta é uma questão só

de redução das desigualdades sociais e de uma redistribuição da riqueza, das oportunidades de vida, de democratização da sociedade. A grande resposta para a questão criminal é a democracia, mas democracia real, não no sentido formal. Claro, a democracia formal é um caminho, nós saímos de uma ditadura, quando não havia democracia formal, nós saímos de um período em que você não tinha liberdades democráticas. Eu vivi esse horror. Agora, o que precisamos é uma democracia real no sentido de permitir que o mais humilde cidadão tenha onde morar, tenha trabalho, tenha onde estudar, tenha garantia de saúde, tenha uma perspectiva e um futuro. Aí sim. Por que nas sociedades centrais, nos países centrais, a violência social é muito menor? Porque eles resolvem os seus problemas sociais exportando-os para a periferia. Nós, da periferia, terceiro mundo, é que garantimos essa relativa estabilidade dos países centrais. Não que eles tenham eliminado a violência. O problema na Alemanha, por exemplo, é seriíssimo. Eu estou traduzindo um livro de criminologia do Albrecht, um dos maiores criminólogos da atualidade, que mostra o que é o drama nas prisões alemãs, da criminalidade na Alemanha.

As penas alternativas são uma solução?

Qualquer coisa que não seja pena privativa de liberdade é boa. É óbvio que penas alternativas, na medida em que não representam privação de liberdade, não destroem uma vida e nem uma família, mas permitem alternativa de sobrevivência, são sempre preferíveis a uma pena privativa de liberdade. Agora, não resolve o problema da criminalidade. E não é por aí que nós vamos resolver o problema da criminalidade. É preciso entender que o problema da criminalidade é um problema de democracia, democracia real. Não se resolve criminalidade com polícia, com Justiça, com prisão.

O Sr. é a favor ou contra a revista dos advogados nas entradas dos presídios?

Eu acho que nós temos que adotar medidas que preservem a dignidade do ser humano, sobretudo a dignidade do profissional. A OAB é uma instituição de muita seriedade e os advogados, em sua imensa maioria, são pessoas absolutamente preocupadas com os problemas sociais e com a questão da justiça. E não é porque, de repente, tem um ou outro ruim que agora eu vou submeter o conjunto da categoria a esse tipo de vexame. Eu sou absolutamente contra esse tipo de revista.

Nós temos que apostar na democracia, na preservação dos direitos humanos, da dignidade humana, e aceitar os pequenos contratempos que isso pode criar, mas isso não justifica adotarmos medidas autoritárias e humilhantes como essa.

Tem se falado muito em mudanças na legislação penal. O que o senhor pensa dos nossos códigos?

Em primeiro lugar, o Código Penal, como os outros códigos, corresponde a um determinado tipo de organização social. A organização social na qual nós estamos vivendo é a organização social capitalista. E, desse ponto de vista, o Código corresponde inteiramente às necessidades de uma sociedade capitalista: isto é, uma sociedade de proteção do capital contra o trabalho. E não se pode dizer que o nosso código seja antigo, porque data de 1940. A parte especial, que define crimes e penas, vem sendo constantemente modificada, novos crimes vêm sendo acrescentados, além da legislação complementar – como as leis que estabelecem crimes contra o meio ambiente e a ordem tributária, por exemplo. Inclusive, isso é um problema, porque deveria estar tudo no Código.

O que mudar no Direito Penal, então, para que a situação melhore?

A mudança não é na direção em que aparece em reivindicação na imprensa, por exemplo, ou mesmo nas faculdades. A mudança é na direção daquilo que a criminologia crítica, que é na verdade a única criminologia que existe, porque a criminologia etiológica é uma bobagem, aquilo que a criminologia crítica propõe: de reduzir o Direito Penal à proteção de bens jurídicos individuais, por exemplo a vida, a liberdade, a integridade, a saúde corporal, a sexualidade, e abandonar esses crimes contra a fé pública, crimes contra o meio ambiente, tirar isso. O Direito Penal não tem nada que fazer aqui. E cria-se uma falsa idéia de solução, porque quando o poder não sabe o que fazer, ele criminaliza. “Ah! Resolvemos, criminalizamos”, mas aí você enterrou o problema! Quer dizer, quando o problema requer medidas administrativas e ação de um outro instrumental institucional à disposição do Estado, ele fica simplesmente com a pena. E a criminologia crítica está dizendo que nós temos que reduzir. A grande proposta é o direito penal mínimo. O Direito Penal tem ainda uma função social a cumprir, evidentemente, na proteção da vida, na proteção da integridade corporal, na proteção da sexualidade. Mas aí nós estamos reduzindo

o Direito Penal àquela área mínima de alguns bens jurídicos que efetivamente necessitam de proteção penal. E aí nós vamos deixar de ter o Direito Penal da forma como é hoje: nós penalizamos tudo! O povo apóia porque o povo que não percebe a origem do seu sofrimento, especialmente esse povo trabalhador, que pega o ônibus às cinco da manhã para chegar às oito na fábrica, chega tarde em casa e ainda tem que comer mal, esse povo é profundamente intolerante em relação a esses marginalizados que adotam meios ilegítimos de sobrevivência, mas aí vem a questão: e quem não tem meios legítimos, como é que vai sobreviver senão adotando meios ilegítimos? E aí os caras vão para o mercado da droga. Por quê? Porque não tem lugar no mercado formal.

Por falar em drogas, o senhor é a favor da legalização?

Eu sou absolutamente a favor da legalização, isto é, da descriminalização, como estão fazendo os países centrais. E nós aqui no Brasil, quando tentamos descriminalizar a questão do uso da droga, da posse de droga para uso próprio, houve uma reação norte-americana imediata de ameaça de retaliação, porque eles não permitem. Não se percebe que a droga hoje é um dos grandes mecanismos do poder norte-americano de controle do planeta, através da política das drogas, que eles impõem a todas as políticas criminais de todos os estados. E aqui no Brasil nós não podemos descriminalizar. Criamos um problema insolúvel porque temos uma questão idiota que fala de drogas lícitas e drogas ilícitas. Nós temos o álcool e temos o fumo, que são drogas lícitas porque pertencem às grandes empresas produtoras, que não têm o controle das plantações de maconha, de coca, etc. Se tivessem, eles legalizavam. Vamos acabar com esse problema. E não adianta, mais cedo ou mais tarde, a humanidade vai ter que conviver com as drogas ilícitas, encontrar uma forma de conviver com as drogas ilícitas, como teve que encontrar com o álcool – não adiantou a Lei Seca norte-americana. E aí despenalizaram a questão do álcool, mas já criminalizaram das outras drogas que não são comercializadas pelas grandes empresas. E criaram um problema insolúvel para países como o Brasil, em que quase a metade da população das prisões está por fatos delituosos relacionados à questão da droga. A experiência da Holanda, que descriminalizou a droga, mostrou o seguinte: que após a legalização, o consumo não aumentou nada. E com isso o que eles ganharam? Eliminaram o problema criminal da droga. É como se

criminalizássemos todos os alcoólatras aqui e agora. Os alcoólatras vão continuar bebendo. A grande questão da droga é a seguinte: pesquisas mostram que a criminalização da droga interessa, sobretudo, a quem produz a droga, a quem comercializa a droga, e a quem reprime a droga, isso é, às polícias que reprimem a droga. Porque a criminalização da droga significa, imediatamente, o crescimento no mercado no valor do produto na razão de um para mil. Ou seja, a criminalização cria um grande negócio. E se você descriminaliza, o preço vem para baixo e desaparece esse grande negócio.

A criminologia crítica sugere a abolição do sistema penal. Isso não é utópico?

Em princípio é preciso que se diga que eu sou um abolicionista. E todo o criminólogo crítico é abolicionista. Agora, eu não acredito e acho que é absolutamente impossível a abolição do sistema penal no capitalismo. Por quê? Porque o capitalismo depende do sistema penal para sobreviver. O sistema penal é a proteção armada do capital. O capitalismo não pode sobreviver sem o sistema penal. Então a abolição do sistema penal passa pela abolição do sistema capitalista. Isto é, pela superação desse tipo de organização social na direção de uma outra que não precise criminalizar para sobreviver. Isto é uma questão importante. Então, qual é a minha proposta para o capitalismo? Para a questão do sistema de justiça criminal e do Direito Penal é o que eu já falei do Direito Penal mínimo, reduzir o Direito Penal a um mínimo indispensável, o que vai ter reflexos imediatos em todo o sistema carcerário, porque tem muita gente aí presa por nada, até mesmo um grande número de pessoas que foram presas porque não tiveram defesa. Então essa questão da redução do Direito Penal a um Direito Penal mínimo é a primeira proposta. A segunda é trabalhar no sentido da transformação da sociedade, porque também não adianta você reduzir o Direito Penal ao mínimo e não trabalhar na direção de uma transformação estrutural da sociedade, no sentido de instituir maiores níveis de democracia, o que vai refletir também nos índices de criminalidade, portanto na necessidade de prisões. A questão do crime não se resolve mesmo com o Direito Penal e nem com prisão, nem com polícia, mas se resolve com a democratização das relações sociais.

Existe crime organizado?

Ninguém sabe o que seja crime organizado. Em primeiro lugar, ninguém nega a existência de quadrilhas. Quadrilhas existem em todos os países capitalistas, em todos os países existem quadrilhas. São reuniões de pessoas que praticam crimes. Agora, crime organizado absolutamente ninguém sabe o que seja. Essa que é a verdade. Já se realizaram dezenas, centenas de congressos internacionais sobre o crime organizado. Não se conseguiu uma definição de crime organizado. Aliás, para você ter uma idéia, existe 20 e tantas definições diferentes de crime organizado. Ou seja, ninguém sabe o que seja isso. Então, como é que eu posso punir a questão do crime organizado? A primeira coisa do crime organizado é que ele é um mito. Agora, esse mito é muito importante para o sistema, porque na medida em que o sistema político, o sistema de poder, fala em crime organizado ele explora o medo da população. Não se demonstrou nenhuma vez a existência de uma estrutura secreta que se parecesse com um estado dentro do estado. Mas o fato é que isso tem um poder no discurso porque funciona como uma escusa para todos os fracassos do governo. “Olha, nós não estamos resolvendo o problema da fome, da miséria, do desemprego, da escolarização, da saúde, mas estamos lutando contra o crime organizado”. Nós lutamos contra um fantasma, porque ninguém sabe o que é esse crime organizado. Por outro lado é uma noção absolutamente inútil, porque em todos os Códigos penais existe uma norma que define o crime de quadrilha ou bando, que é inteiramente aplicável a essa questão do crime organizado. Na verdade, o grande crime organizado é o capital.

O que é, resumidamente, a Criminologia Crítica que o Sr. defende?

A criminologia crítica é um sistema de compreensão do problema do crime e do controle social que se caracteriza pelo abandono das explicações etiológicas ou causais de que existem sujeitos que nascem criminosos, o criminoso nato, o criminoso por tendência, para mostrar que o crime é uma realidade construída socialmente. Ou seja, em linhas gerais, ela deixa de tratar a criminalidade como uma realidade ontológica, pré-existente, a criminalidade como criminalidade, para tratar a criminalidade como criminalização. Volta os olhos para o sistema de justiça criminal. Primeiramente, não existe crime sem que o sistema de justiça criminal defina comportamentos como criminosos. Na medida em que ele define comportamentos como criminosos aquilo passa a ser criminalizado. E o criminoso é aquele sujeito

que o sistema de justiça criminal diz que é criminoso. E aí o Poder Judiciário funciona seletivamente. Trabalhamos até com certos mecanismos psíquicos que funcionam na psicologia dos aplicadores do Direito, que determinam o resultado da aplicação do Direito. Por exemplo, nós achamos que o Direito se aplica segundo certas regras de interpretação como, por exemplo, a literalidade, o critério sistemático, o critério teleológico, e não percebemos que a aplicação do Direito é um ato profundamente emocional e que está ligado ao background psíquico do aplicador do Direito, que vem do seu passado e que é representado por preconceitos, estereótipos, traumas, experiências e um conjunto de idiosincrasias pessoais dos aplicadores do Direito e também por todas as deformações ideológicas na compreensão dos fatos da vida. Quer dizer, nós estamos chamando atenção para o fato de que o crime não pode ser entendido como uma realidade objetiva, pré-existente, mas como uma realidade construída. Estamos mostrando que juízes e tribunais produzem o fenômeno do crime, produzem o fenômeno da criminalidade. E aí nós estamos vendo a criminalidade do ponto de vista da criminalização. Então a criminologia crítica veio mostrar, sobretudo, essa seletividade do sistema da justiça criminal. E para explicar a seletividade, deu de cara com o poder, com o poder legislativo, judiciário e executivo. Mas não se limita ao funcionamento das instituições jurídicas e políticas do Estado. Dessa estrutura das relações sociais, vai mostrar que a gênese de todo comportamento anormal na sociedade está nesta relação fundamental desigual representada pelo capital X trabalho assalariado, e daí vai trabalhar com isso. Quer dizer, não se separa as instituições, as estruturas, mas mostra-se a correlação entre as estruturas e as instituições como compondo uma unidade. A criminologia crítica nos abre a visão, a compreensão, para essa unidade entre o poder econômico, o poder político, as relações de poder e o Direito, essas dimensões da vida.

E as propostas da Criminologia Crítica caminham para a abolição do sistema criminal...

As propostas da criminologia crítica caminham naquela direção, mas destacando sempre que não é possível resolver o problema da criminalidade sem resolver o problema da democracia e que alguma esperança, se existe, está na transformação desse tipo de organização social por uma outra mais igual.

ANEXO B – NOTÍCIAS EXTRAÍDAS DO SITE DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA ACERCA DO SISTEMA PRISIONAL

21/05/2008 - 18:44h

Governo entrega mais um presídio federal

Brasília 21/05/08 (MJ) - O Ministério da Justiça entregou nesta quarta-feira (21) as instalações da penitenciária federal de Porto Velho (RO). A nova unidade se soma às de Mossoró (RN), Campo Grande (MS) e Catanduvas (PR) - as duas últimas, já em funcionamento, abrigam 268 presos.

O espaço ainda não tem data para ser inaugurado, porque depende de autorização do Ministério do Planejamento para a contratação de profissionais. “A perspectiva de ocupação é imediata, mas precisamos do concurso, solicitado há dois anos”, ressaltou o diretor-geral do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), Maurício Kuehne “A partir da seleção, vamos traçar as estratégias necessárias”.

Voltado para presos de alta periculosidade, os presídios devem receber mais 100 detentos em junho. As transferências já foram liberadas pela justiça. “É mais uma razão para ativar o quanto antes as unidades de Porto Velho e Mossoró”, revelou o diretor do Sistema Penitenciário Federal, Wilson Damázio.

O concurso, se autorizado, vai preencher 1.100 vagas, divididas para os cargos agentes e técnicos penitenciários. Segundo Damázio, existem 500 pedidos pendentes no Depen para a transferência de presos às unidades federais.

Desde o início de seu funcionamento, há dois anos, não houve registro de incidentes, nem de entrada de drogas e armas nas carceragens federais. “O sistema tem se mostrado eficiente no combate a rebeliões e ao crime organizado. Em 2006, tivemos 26 mil presos envolvidos em rebeliões no país. No ano passado este número caiu para 6 mil”, ressaltou Maurício Kuehne.

A unidade de Porto Velho tem 208 vagas, um sistema de monitoramento com 240 câmeras, cinco celas para visitas íntimas e 12 mil metros quadrados de área construída, O Ministério da Justiça investiu R\$ 20 milhões na penitenciária e

destinará mais R\$ 5 milhões para instalar os equipamentos necessários ao funcionamento.

Também participaram da solenidade de entrega do presídio o diretor de políticas penitenciárias do Ministério da Justiça, André Luiz Cunha, e o secretário de Justiça de Rondônia, Gilvan Ferro. Eles vistoriaram as instalações e apresentaram o presídio para imprensa.

08/02/2007 - 15:44h

Depen implanta sistema de informações

Brasília, 08/02/07 (MJ) – O Departamento Penitenciário Nacional (Depen) do Ministério da Justiça inicia a implantação de um sistema integrado de informações sobre o sistema penitenciário brasileiro, o Infopen Gestão. Essa ferramenta cumprirá dois grandes papéis: irá ajudar os estados a gerir e administrar o sistema carcerário e dará condições para que o país tenha um retrato cada vez mais fiel sobre o sistema penitenciário nacional. O Infopen Gestão é uma ferramenta de cadastro e controle de todo o sistema penitenciário brasileiro e começa a ser implantado nos estados este mês.

O sistema é dotado de informações bastante detalhadas que poderão, inclusive, ser compartilhadas com órgãos que tratam da questão penal. Dados como processos jurídicos, cadastro de advogados, reconhecimento biométrico, controle de visita, assistência à saúde, ao ensino e controle ocupacional entre outras informações relevantes sobre o detento estarão disponíveis no sistema. Com essa ferramenta, todas as rotinas internas das penitenciárias passam a ser automatizadas e controladas em tempo real.

Por meio do Infopen Gestão, o Depen cria condições para que uma das exigências da Lei de Execução Penal seja cumprida: a individualização da pena. "A tecnologia disponibilizada pelo Depen aos estados trará informações estatísticas e de caráter estratégico. Além disso, a ferramenta irá registrar informações individualizadas do detento como nome de familiares, ficha jurídica, marcas no corpo e, até mesmo, tatuagens", afirma o diretor-geral do Depen, Maurício Kuehne. As unidades que

fazem parte do Sistema Penitenciário Federal – em Catanduvas (PR) e em Campo Grande (MS) – já têm esse sistema à disposição.

O preenchimento dos dados que irão alimentar o Infopen Gestão deverá ser realizado pelos estados. Para isso, o Depen irá distribuir computadores para as secretarias que cuidam da questão prisional e para as unidades penais estaduais. Cada uma das secretarias e das penitenciárias receberão, em média, 2 equipamentos.

O estado do Espírito Santo foi o primeiro a assinar o termo de adesão ao programa e começará a receber os computadores ainda este mês. Além disso, o Depen será o responsável pela instalação do software, pela capacitação dos servidores e pela assistência técnica dos equipamentos. Os próximos estados a firmar o termo de adesão e entrar para o sistema são: Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraná e Santa Catarina. No total, o Depen irá destinar a esses estados 200 computadores.

Depois de avaliar a utilização da ferramenta nesses 5 estados, o Ministério da Justiça pretende expandir o Infopen Gestão para as demais unidades da federação.

ANEXO C – ESTATÍSTICA DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA (InfoPen)

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL
Sistema Nacional de Informação Penitenciária – InfoPen

Quadro Geral

UF	Fechado		Semi-aberto		Aberto		Inst. Sup. - Internação		Inst. Sup. - Tratamento		Provisório		PI		Vagas Sistema		Presos da SSP		Vagas Polícia	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
AC	610	20	337	14	158	2	4	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
AL	297	5	270	3	13	2	2	4	2	0	0	377	53	1.517	1.421	83	267	15	0	0
AM	572	25	322	37	198	37	8	3	2	0	1.318	183	3.116	2.122	772	472	26	0	0	
AP	447	22	333	10	221	5	0	2	0	0	548	32	1.370	758	86	2	0	2	0	
BA	2.725	54	1.448	77	158	13	35	3	0	0	2.111	185	2.260	2.522	710	5.411	248	0	0	
CE	4.225	197	2.036	42	421	10	42	2	172	0	4.333	160	12.162	7.712	374	0	0	0	0	
DF	2.485	125	3.242	159	0	0	0	0	0	0	1.478	141	7.248	5.837	388	102	0	102	0	
ES	2.331	170	827	28	32	2	35	5	0	0	2.243	403	2.924	4.142	322	2.951	73	1.233	73	
GO	3.222	182	1.802	42	422	21	23	2	0	1	3.240	224	2.207	4.829	380	752	35	2.222	0	
MA	373	22	354	22	72	4	2	1	0	0	1.422	45	2.224	1.844	72	2.288	75	0	0	
MG	7.291	287	3.244	137	241	13	184	21	2	0	6.238	468	21.651	15.484	1.152	14.822	279	2.226	2	
MS	3.772	262	1.632	243	446	42	21	2	0	0	2.418	243	9.204	3.432	241	1.324	226	2	0	
MT	2.125	129	1.301	232	32	1	42	2	0	0	4.238	231	6.242	4.642	130	3	0	2	0	
PA	2.172	72	217	5	57	0	23	1	0	0	4.178	203	4.274	5.118	204	1.700	0	2	0	
PB	3.215	147	172	37	225	20	0	0	0	0	2.322	87	2.104	4.222	223	0	0	0	0	
PE	3.225	174	2.273	82	1.322	24	338	22	72	0	3.688	223	15.832	3.248	220	0	0	2	0	
PI	222	23	142	2	42	5	11	2	49	0	1.373	62	2.234	1.202	126	0	0	0	0	
PR	2.175	210	1.152	32	842	1.285	298	19	0	0	2.123	143	20.717	11.183	462	7.420	365	7.408	303	
RJ	12.522	702	4.124	173	428	29	7	0	1	0	2.274	249	22.861	21.505	1.247	3.329	247	3.229	222	
RN	292	34	524	24	126	14	42	2	5	0	1.243	22	2.278	2.224	128	0	0	852	0	
RO	1.324	105	1.082	22	220	22	22	2	0	0	1.228	135	2.228	2.422	221	13	0	392	0	
RR	212	14	312	24	22	2	1	0	0	0	519	62	1.201	426	75	0	0	2	0	
RS	12.322	285	6.002	282	2.012	127	485	22	212	21	2.220	405	26.822	13.282	226	0	0	0	0	
SC	2.222	123	2.022	122	368	127	22	2	0	0	3.224	283	12.015	10.541	228	3	0	2	0	
SE	572	13	242	12	0	0	55	4	0	0	546	52	2.210	1.322	81	754	87	242	12	
SP	72.222	5.222	12.122	1.222	0	2	912	122	82	108	41.622	0	241.622	201.222	8.422	7.422	3.922	0	0	
TO	222	22	222	2	22	0	12	2	0	0	522	22	1.222	422	22	342	22	0	0	
Total	148.988	8.812	55.592	3.182	17.318	1.222	2.889	220	572	142	122.234	5.222	398.328	223.320	14.122	48.212	6.726	21.624	392	

Data: Dezembro de 2022

Totais de Presos Sistema Penitenciário Estadual e Polícia	422.237
Penitenciárias Federais de Cadeias - PFI	108
Penitenciária Federal de Campo Grande - CG	108
Totais de Presos Estaduais Federais e Polícia	422.590